

INFORCAMPO

Informativo da Educação do Campo

7^a Edição

A 7^a Edição do Inforcampo discute os desafios da educação escolar para as populações camponesas com ênfase nas consequências do fechamento de escolas e nos dilemas do Ensino Remoto Emergencial. Também contempla textos que versam sobre os avanços na área da Educação do Campo, evidenciados em relatos de experiências, entrevistas, histórias de vida e outras produções.



EXPEDIENTE:

COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO
DO CAMPO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, CAMPUS DE TERESINA.

Endereço: Universidade Federal do Piauí

Centro de Ciências da Educação – CCE.

Bairro: Ininga – Teresina – Piauí. Cep: 64049-550.

ISSN: 2675-5890

Equipe Responsável: Profa. Dra. Raimunda Alves Melo

Profa. Dra. Keylla Rejane Almeida Melo, Prof. Dr. Jean Carlos Antunes Catapreta.

Sessões

Seção 01 - O Fechamento de escolas do campo

Seção 02 - Desafios do Ensino Remoto Emergencial

Seção 03 - Avanços na área da educação do campo

Seção 04 - Anseios e perspectivas na área da educação

Seção 05 - Reflexões e inspirações

Editorial

O curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) é, sem dúvida, uma conquista histórica dos sujeitos do campo organizados em luta pela melhoria das condições de vida camponesa. A formação que acontece no âmbito da Universidade e das comunidades possibilita a interconexão entre os conhecimentos acadêmicos e as vivências dos estudantes, num processo de retroalimentação teoria e prática. Dessa forma, a socialização e a produção de conhecimentos são situadas, o que permite a ampliação da consciência sobre a realidade.

Durante a pandemia do novo coronavírus, na qual as atividades acadêmicas tiveram que ser suspensas, novas formas de ensinar e de aprender tiveram que ser planejadas e desenvolvidas na Universidade, trazendo prejuízos para o estudo de conteúdos, para o acesso e permanência de muitos estudantes, mas inaugurando reflexões novas sobre essa realidade, que se complexificou ainda mais, trazendo diversos desafios para a sociedade, e, de modo particular, para a Educação do Campo, como mostram alguns textos deste informativo.

Esta 7ª edição do Inforcampo é resultado de muitas dessas reflexões e discussões realizadas no contexto do Tempo Universidade e do Tempo Comunidade da LEdoC/CCE/UFPI, num esforço por se compreender a realidade que se impôs com a crise sanitária, as contradições que se apresentam no contexto pandêmico, sobretudo no campo da educação, cujas perdas parecem ser imensuráveis. Não apenas pela ação do potente coronavírus mas também pela ação descomprometida de alguns gestores públicos, que aproveitaram a ausência física dos sujeitos sociais nas escolas para promoverem a política de fechamento de muitas dessas instituições localizadas no campo, isto é, para promoverem a negação do direito à educação a muitos camponeses.

Dessa forma, os textos que integram este informativo veem no sentido de evidenciar os avanços jurídicos, teóricos e práticos conquistados no âmbito da Educação do Campo, mas também a realidade perversa imposta às populações camponesas ao longo da história do Brasil, e que ainda hoje se faz presente. E a pandemia escancarou ainda mais as fragilidades no acesso, permanência e sucesso escolar de crianças e jovens do campo.

Contudo, apesar dos desafios que essas problemáticas nos impõem, outros textos veem nos animar para continuarmos a luta em prol da materialização da Educação do Campo. Esses textos nos dão conta de que há diversas pessoas desenvolvendo iniciativas importantes na área, em diversos contextos sociais:



universidade, comunidades, escolas de educação básica, sindicatos, movimentos sociais. São cursos, debates de temas, trocas de saberes e experiências, novas perspectivas para o campo, entre outras ações, que alimentam nossos sonhos, nossas utopias, nossos ideais para o campo brasileiro.

Enfim, além de socializar conhecimentos, informar, suscitar reflexões e discussões, esta 7ª edição do Inforcampo também possibilita o deleite, o usufruto da poesia, das histórias de vida, das argumentações, que nos encantam e, sobretudo, nos movem para a ação.

Boa leitura!

FECHAMENTO DE ESCOLAS DO CAMPO E A NEGAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO ESCOLAR**Profa. Dra. Raimunda Alves Melo***Docente do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/CCE/UFPI*

Ao longo da história do Brasil, a disponibilidade de educação escolar para as populações camponesas sempre foi discriminatória e injusta, resultando numa histórica negação de direitos, cujos reflexos são evidenciados nos dados de acesso à escola. A título de ilustração, pesquisa do Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF (BRASIL, 2014), intitulada “O enfrentamento da exclusão escolar no Brasil (2014)”, comprova que uma das mais visíveis desigualdades educacionais do país se refere à ocupação das escolas públicas em relação à sua localização.

Segundo esta pesquisa, nas áreas urbanas, 20,2% das crianças frequentam creches; na zona rural, são apenas 8,8%. O acesso escolar de crianças de 4 a 6 anos representa 80,49 % nas áreas urbanas e apenas 66% nas áreas rurais. Em áreas urbanas metropolitanas, 57,3% dos adolescentes estão no Ensino Médio, enquanto na zona rural são 35,7%, ou seja, 21,6 pontos percentuais a menos.

Dados do IBGE (2010) apontam que a taxa de analfabetismo no campo chega a 23,3%, três vezes maior que a das áreas urbanas, que é de 7,6%. No Piauí, o índice de analfabetismo é um dos maiores do Brasil, 21,8%, (IBGE 2010), prevalecendo ainda uma educação projetada a partir de uma ótica urbanocêntrica.

Desde a primeira década do século XXI, lamentavelmente, muitas escolas estão sendo fechadas diariamente, interferindo, assim, na vida de milhares de crianças e adolescentes, bem como dos professores que trabalham nessas escolas. Para melhor compreensão dessa questão, apresentamos o Quadro 1, que contempla dados informativos acerca do panorama educacional da educação básica nos cenários nacional (Brasil) e estadual (Piauí).



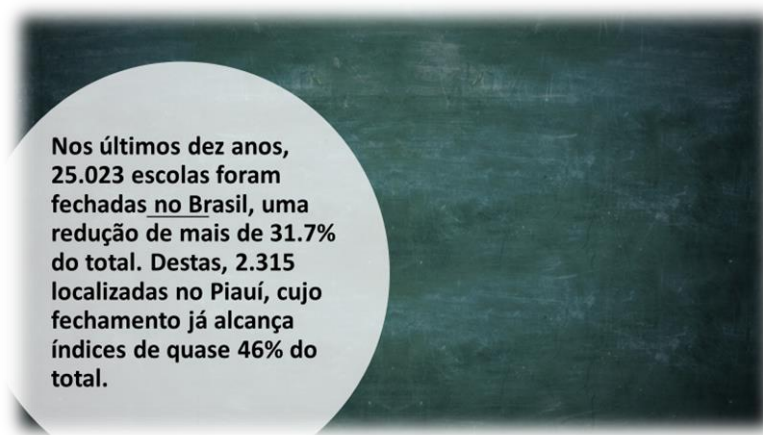
Em áreas urbanas, 20,2% das crianças frequentam creches, na zona rural são apenas 8,8%. O acesso escolar de crianças de 4 a 6 anos representa 80,49 % nas áreas urbanas e apenas 66% nas áreas rurais. Em áreas urbanas metropolitanas, 57,3% dos adolescentes estão no Ensino Médio, enquanto na zona rural são 35,7%, ou seja, 21,6 pontos percentuais a menos.

Quadro 1 - Escolas localizadas no campo, fechadas nos últimos dez anos - 2010 a 2020

ANO	NÚMERO DE ESCOLAS	
	BRASIL	PIAUI
2010	78.776 escolas	4.285 escolas
2020	53.753 escolas	1.970 escolas

Fonte: QEd¹ - Dados de 2010 a 2020

Analiticamente, o Quadro 1 revela que, nos últimos dez anos, 25.023 escolas foram fechadas no Brasil, uma redução de mais de 31,7% do total. Destas, 2.315 localizadas no Piauí, cujo fechamento já alcança índices de quase 46% do total, em dez anos. Segundo Trindade e Werle (2012), em alguns casos, o fechamento deve-se à nucleação, processo por meio do qual várias escolas pequenas são unidas a uma escola polo; em outros casos, as escolas são fechadas devido ao isolamento e à grande distância, fazendo com que os alunos se desloquem, diariamente, até as escolas da cidade. Afirmam, também, que o fechamento de escolas ocorre devido à infraestrutura precária e à falta de investimentos do poder público, que alega o alto custo por estudante do campo. Todavia, essa questão remete à concepção que preside a política educacional, na qual impera a falta de sintonia com a especificidade que permeia o território rural. O fato é que essa situação submete os alunos, em muitos casos, ao deslocamento para as cidades em transporte inadequado, uma situação de precariedade que carrega consigo inúmeros riscos à integridade física dos alunos.



O poder público defende que a municipalização do Ensino Fundamental representou ônus para as prefeituras, dificultando a oferta de vagas e a manutenção de escolas no campo, tendo em vista que a maioria dessas escolas possui um número reduzido de alunos, fato que

compromete o financiamento nesse âmbito. Essa situação tem contribuído para a aceleração do êxodo rural, do abandono escolar e do esvaziamento da identidade cultural do campo, como afirmam Trindade e Werle (2012, p. 43): “a lógica que gera e leva medidas de fechamento e nucleação ou agrupamento de escolas vai ao encontro

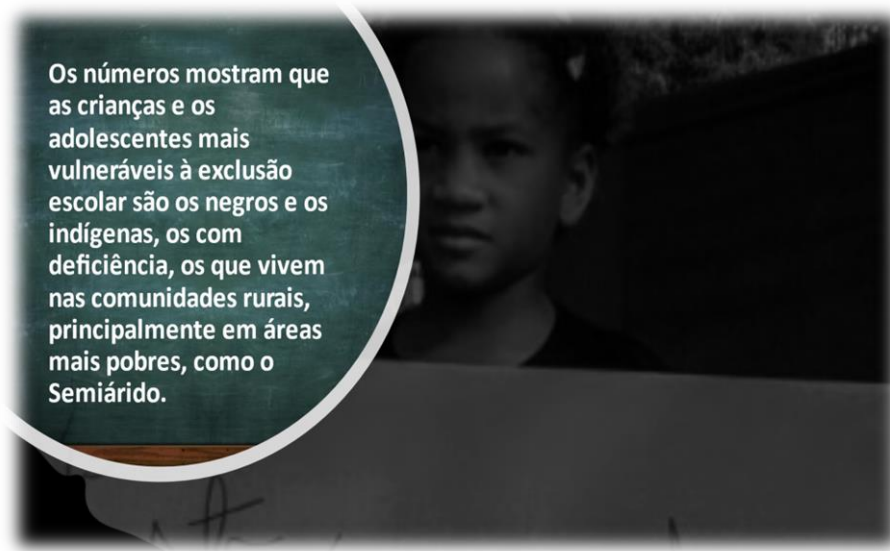
¹ Portal aberto e gratuito que informa sobre a qualidade do aprendizado em cada escola, município e estado do Brasil. Trata-se de iniciativa desenvolvida pela Meritt e Fundação Lemann.

da cada vez mais abrangente urbanização do campo. As políticas governamentais atuais levam a que tais processos se tornem cada vez mais intensos”.

Outrossim, a nucleação das escolas nas cidades ou em outras comunidades rurais com maior número de habitantes, sob a promessa de melhoria da qualidade da educação, não é o único motivo para o fechamento das escolas do campo. Nossos estudos apontam que isso se deve, também, à escassez de políticas públicas (reforma agrária, saúde, educação, habitação) no campo; à fragilização da agricultura familiar camponesa como fonte de sobrevivência das famílias; à ausência de políticas públicas de Educação do Campo.

Com vistas à superação do problema de fechamento de escolas no campo foi aprovada, em 27 de março de 2014, a Lei nº 12.960, que altera o Artigo 28 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9394/96, aumentando as exigências a serem cumpridas antes do fechamento de escolas rurais. Com essa mudança, fez-se necessário que um órgão normativo do sistema de ensino, como os Conselhos Municipais de Educação, manifeste-se a favor ou contra o fechamento de uma escola, posto que, segundo esse dispositivo legal, faz-se necessário ouvir a comunidade escolar e a apresentação de justificativa formal pela Secretaria de Educação do estado ou do município, antes de se efetivar o referido fechamento. Fechar escolas traz como consequência a redução no número de matrículas em escolas do campo.

Pesquisa feita pelo UNICEF (BRASIL, 2014) mostrou que, no Brasil, mais de 3,8 milhões de crianças e adolescentes entre 4 e 17 anos de idade estão fora da escola.



Os números mostram que as crianças e os adolescentes mais vulneráveis à exclusão escolar são os negros e os indígenas, os com deficiência, os que vivem nas comunidades rurais, principalmente em áreas mais pobres, como o Semiárido.

Os grupos mais atingidos pela exclusão são as crianças de 4 a 5 anos, com idade para frequentar a pré-escola e os adolescentes de 15 a 17 anos, que deveriam estar no Ensino Médio. Os números mostram, também, que as crianças e os

adolescentes mais vulneráveis à exclusão escolar são os negros e os indígenas, os com deficiência, os que vivem nas comunidades rurais, principalmente em áreas mais pobres, como o Semiárido.

A constatação é que, no campo, a garantia do acesso à educação escolar tem se constituído um desafio histórico, tendo em vista que a negação desse direito constitucionalmente assegurado ainda persiste ao longo de mais de cinco séculos da história brasileira. Além da negação do acesso à escola, a educação escolar no campo

reproduz duas situações indesejáveis: o deslocamento da realidade rural, predominando uma transposição da visão urbana para o campo e a opção por um modelo educacional que não valoriza a diversidade e especificidades da cultura camponesa como parte integrante do conhecimento escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2021.

BRASIL. *O enfrentamento da exclusão escolar no Brasil*. Brasília, DF: UNICEF, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2014.

TRINDADE, L. M.; WERLE, F. O. C. O ensino no meio rural: uma prática em extinção: In: SOUZA, E. C. de. *Educação e ruralidades: memórias e narrativas (auto) biográficas*. Salvador: Ed. UFBA, 2012. p. 31-50.

FECHAMENTO DAS ESCOLAS DO CAMPO: MOTIVOS, IMPACTOS E PERSPECTIVAS

Ana Amélia Mesquita Lima de Sousa
Herica Carla da Silva Santos
Jaciana Maria Costa Silva

Graduandas do Curso de Licenciatura em Educação do Campo- Ciências da Natureza (LEDOC-TERESINA)

Luiz Jesus Santos Bonfim

Mestre em Educação pela UFPI, professor do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC-TERESINA)

No Brasil, milhares de escolas do campo são fechadas todos os anos: mais de 24 mil entre 2002 e 2010, é o que revela reportagem publicada pela revista Brasil de Fato. Esses números correspondem ao fechamento de 3 mil escolas por ano. O fato é que, o que já era uma barbaridade, vem sendo uma realidade ainda mais visível durante a pandemia do novo coronavírus, com o estabelecimento de decretos para o fechamento temporário das escolas, a fim de evitar a disseminação do vírus.

Com a disseminação do modelo de Ensino Remoto Emergencial, essa situação agravou-se, provocando com mais frequência o fechamento das escolas do campo, porém há uma dificuldade em encontrar dados oficiais que comprovam o número de escolas fechadas nesse período. A professora e pesquisadora em Educação do Campo Conceição Paludo, ao conceder uma entrevista à revista Brasil de Fato, afirma que:

As denúncias são as de que há um esvaziamento do papel dos Conselhos de Educação, tanto no estado como nos municípios. Também, há a continuidade do fechamento de escolas do campo, mas, pelas pesquisas atuais que estamos realizando, há uma dificuldade de encontrar dados: tanto do número de escolas do campo na rede estadual e em muitas redes municipais, quanto do número de escolas que foram e estão sendo fechadas no último período.

Essa realidade afeta não apenas os estudantes, mas também as comunidades onde essas escolas estão inseridas, e faz pensar: qual será o futuro das crianças e adolescentes que não têm acesso digno à educação? Não há dúvidas de que o fechamento de escolas contribui para o aumento das desigualdades educacionais e sociais, ampliação do preconceito e exclusão social, privando os indivíduos de usufruir dos bens e serviços que lhes são assegurados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - LDB (Lei n. 9394/96).

Diversas crianças e jovens no estado do Piauí perdem o direito de estudar em escolas localizadas na sua própria comunidade, precisando se deslocar por longas distâncias, em transportes inadequados, para estudarem em escolas que não reconhecem, respeitam e valorizam os saberes e a cultura campesina. Diante disso, a comunidade escolar realiza manifestações junto com movimentos sociais para garantir o direito dos alunos estudarem em suas próprias localidades, sendo amparados pela LDB em seu Art.28, parágrafo único, apontando que o fechamento das escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo dos respectivos sistemas de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar. (BRASIL, 1996).



Para melhor discutir sobre essa temática, convidamos o Prof. Dr. Elmo de Souza Lima, professor adjunto do Centro de Ciências da Educação da UFPI, atuando também como professor do Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado e Doutorado) da Universidade Federal do

Piauí - UFPI, para conceder uma entrevista e expor sua opinião quanto aos principais impactos e ações que estão sendo realizadas para evitar o fechamento de mais escolas do campo.

1 Quais os principais impactos ocasionados pelo fechamento das escolas do campo para os sujeitos do campo?

Professor Elmo Lima: São muitos os impactos: primeiro, as crianças são obrigadas a se deslocarem de suas comunidades para a cidade ou comunidade polo para ter direito de estudar, desvinculando-se de suas famílias e das próprias relações comunitárias; segundo, este deslocamento pode provocar desgastes físicos e emocionais nas crianças, comprometendo seu desenvolvimento educacional; terceiro, reduzem as possibilidades de pensar um projeto de educação que possibilite uma inserção das crianças na realidade de sua comunidade, reafirmando os laços comunitários e os aspectos identitários deste grupo social. Por fim, o fechamento da escola do campo provoca, a médio e longo prazos, o esvaziamento do campo, pois as crianças e jovens que saem para estudar na cidade acabam perdendo os vínculos afetivos e culturais com a comunidade, aspecto que reflete no êxodo rural ou na migração para outros lugares.

2 Quais são as justificativas apresentadas pelo poder público para o fechamento das escolas do campo?

Professor Elmo Lima: O principal argumento utilizado pelo poder público para o fechamento das escolas do campo está relacionado à questão financeira. Na visão do poder público, ofertar uma educação do campo de qualidade exige muito investimento. No entanto, os prejuízos causados pelo fechamento de uma escola no campo são muito maiores do que os investimentos que poderiam ser feitos para garantir o desenvolvimento e a sustentabilidade naquelas comunidades.

3 Na sua opinião, existem motivos/interesses para além da justificativa aparente apresentada pelo poder público para o fechamento das escolas do campo?

Professor Elmo Lima: Há uma questão central que está associada à visão negativa e preconceituosa que ainda se tem sobre o campo, associada à ideia do subdesenvolvimento e do atraso cultural que, de certa forma, influencia a decisão desses gestores. Além disto, ainda é forte a ideia de que as escolas no campo são de baixa qualidade e que a melhor saída é transportar estes jovens para a cidade, vista como sinônimo de desenvolvimento econômico e cultural. Por outro lado, têm os acordos políticos associados à distribuição de recursos públicos para os aliados por meio do transporte escolar e da compra de combustível etc.

4 Que ações estão sendo desenvolvidas para impedir o fechamento das escolas?

Professor Elmo Lima: As famílias camponesas têm se mobilizado, junto com os movimentos sociais do campo, por meio de atos públicos, organização de abaixo assinados, carta denúncia, entre outros meios, no sentido de sensibilizar o poder público com relação aos prejuízos causados pelo fechamento das escolas do campo. Além disso, as famílias têm também acionado o Ministério Público e o Poder Judiciário para impedir o fechamento das escolas do campo. Em alguns municípios, a própria Câmara de Vereadores tem se mobilizado no sentido de impedir o fechamento de algumas escolas. No entanto, em muitas comunidades, o poder público tem usado do desconhecimento da população para promover este processo de negação do direito à educação do campo no campo.

5 O fechamento dessas escolas é uma realidade, diante deste fato, quais as perspectivas em relação à educação do campo no campo?

Professor Elmo Lima: O fechamento das escolas do campo representa um cenário sombrio e triste para muitas comunidades, já que o fechamento de uma escola acende o sinal de alerta sobre o destino e o futuro daquela comunidade. As possibilidades de desenvolvimento e de vida no campo passa pelo fortalecimento das escolas do campo. Sem escolas no campo reduzem-se significativamente as possibilidades de as novas gerações continuarem trabalhando na terra e construindo as alternativas de produção e organização das comunidades.

REFERÊNCIA

ALENTEJANO, Paulo; CORDEIRO, Tássia. No Brasil, quase 4 mil escolas do campo são fechadas por ano. *Brasil de Fato*, Rio de Janeiro, 28 de novembro de 2019. Disponível em: <https://www.brasildefatorj.com.br/2019/11/28/artigo-or-no-brasil-quase-4-mil-escolas-do-campo-sao-fechadas-por-ano>. Acesso em: 19 jul. 2021.

BRASIL. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2021.

FERREIRA, Marcelo; REINHOLZ, Fabiana. Pandemia agrava desmonte da Educação do Campo. *Brasil de Fato*, Porto Alegre, 25 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.brasildefators.com.br/2020/08/25/pandemia-agrava-desmonte-da-educacao-do-campo>. Acesso em: 19 jul. 2021.



FECHAMENTO DAS ESCOLAS DO CAMPO E LUTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS ORGANIZADOS**Eliana de Oliveira Silva***Acadêmica do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/CCE/UFPI*

Os movimentos sociais organizados, principalmente após a publicação da Constituição Federal de 88, vêm lutando pela implementação de políticas educacionais que valorizem a diversidade cultural dos educandos, seus anseios e necessidades de formação para a vida, pelo reconhecimento do campo como espaço de cultura, de protagonismo e de luta.

Suas lutas pela defesa da terra, constituição do território camponês e emancipação de seus trabalhadores, aos poucos, vêm sendo empoderadas, também, pela proposição de uma nova concepção de educação, a Educação do Campo, uma proposta que concebe o campo como um espaço rico e diverso e, ao mesmo tempo, produtor de cultura.

Em âmbito educacional, essas lutas buscam superar problemas históricos da educação brasileira que são mais graves na escola do campo, entre eles: dificuldades de acesso à escola, fechamento de escolas, escassez

de recursos para a manutenção das escolas, organização curricular descontextualizada, entre outros (MELO, 2014).

A propósito, Caldart (2004) referenda que os movimentos sociais são importantes, pois carregam bandeiras da luta popular para que os diversos entes administrativos assumam a responsabilidade e o dever de garantir políticas públicas para os sujeitos do campo. Reforça que as políticas públicas específicas para os povos do campo são resultado da luta dos movimentos sociais que geram forte pressão sobre os estados brasileiros. (CALDART, 2009).

Apesar dessa luta, o cenário educacional das escolas do campo no Estado do Piauí vem sendo marcado por uma realidade dúbia. De um lado, pela luta dos movimentos sociais organizados que reivindicam a oferta de uma educação de qualidade oferecida no campo, com oportunidades de prosseguimento nos estudos, inserção no mundo do trabalho e ampliação dos padrões de cidadania. Do outro lado, por uma histórica negação de direitos sociais que, embora tenha melhorado em alguns aspectos, ainda permanecem até os dias atuais, evidenciada principalmente pelo



No Piauí, só no ano de 2019 foram fechadas 88 escolas, passando de 2.058 em 2019 para 1.970 em 2020. No período de 2010 a 2020 houve uma redução de 2.324 escolas.

fechamento das escolas.

Tal fato pode ser evidenciado em diagnóstico sobre o fechamento das escolas do campo no estado do Piauí, revelando que só no ano de 2019 foram fechadas 88 escolas, passando de 2.058 em 2019 para 1.970 em 2020. No período de 2010 a 2020, no Piauí houve uma redução de 2.324 escolas, e no Brasil teve uma redução de 25.023 escolas.

Assim, estamos diante de uma das mais complexas problemáticas educacionais da atualidade, marcada pela histórica negação de direitos e da necessidade de ampliarmos as discussões relativas aos desafios que estão postos, sobretudo da urgência de mobilizar esforços pela garantia do direito de estudar em escolas situadas no campo.

O nosso entendimento é que fechar escolas do campo é crime contra a nação brasileira e sua classe trabalhadora, em especial os povos do campo, das florestas e das águas. Ao invés dos gestores públicos fecharem as escolas, estas deveriam fazer melhoramento nas mesmas, garantir a permanência dos povos no campo. Portanto, construir uma política de educação do campo referenciada na grande diversidade das populações rurais brasileiras para que não haja fechamento de escolas e, muito menos, o êxodo rural.

REFERÊNCIAS

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: CALDART, Roseli Salete et al. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. *Trab. Educ. Saúde*, v.7, n.1, p. 35-64, 2009.

MELO, R. A. *Prática docente na escola do campo: diálogos sobre a articulação dos conhecimentos escolares aos saberes da cultura camponesa*. 2014. 163f. Dissertação (Mestrado em Educação). UFPI – Universidade Federal do Piauí – Teresina, 2014.



OS DESAFIOS DO NECESSÁRIO ISOLAMENTO SOCIAL NO BRASIL
EM CASOS DE PANDEMIA X O ENSINO REMOTO NA ESCOLA DO CAMPO:
TEMPOS PANDÊMICOS

Maciel Pereira da Silva
Márcia Maria Vasconcelos de Oliveira

Licenciados em Educação do Campo pela Universidade Federal do Piauí

Atualmente, o isolamento social vem sendo aplicado mundialmente como uma das principais medidas para combater a pandemia causada pelo coronavírus. O afastamento tem como base restringir atividades que não sejam consideradas essenciais e que podem tornar ainda mais ascendentes a epidemia da covid 19, tais como: o traslado de pessoas nas ruas, o comércio de produtos que não sejam considerados como de primeira necessidade, as celebrações em templos religiosos, as atividades escolares presenciais, entre outras.

Embora as autoridades da área de saúde orientem que estas recomendações sejam seguidas, na prática, percebe-se que as medidas adotadas não veem sendo cumpridas por parte da população. Assim, o isolamento no Brasil não vem atingindo o percentual necessário para que a pandemia seja contida e, conseqüentemente, haja uma redução na propagação na velocidade da doença. Diante disso, se faz o seguinte questionamento: quais os desafios e a importância do isolamento social no contexto da pandemia? Sabe-se que o isolamento social tem como papel principal minimizar a grave crise sanitária global causada pelo SARS-CoV-2, que se iniciou no ano de 2020 no Brasil, assim como frear, de certa maneira, a rápida evolução da doença.

Embora o distanciamento social seja necessário e imprescindível, sua inserção na realidade brasileira é algo marcante como fator desafiador (ressalta-se a desigualdade na qual o país sofre em relação ao fator econômico) tendo em vista que existem pessoas que não possuem casas próprias (moradores de ruas) ou que residem em lares com uma grande quantidade de indivíduos. Salienta-se, também, outra dificuldade associada à pandemia e ao isolamento social: os trabalhadores autônomos,

ou não, que necessitam do trabalho para garantir sustento de suas famílias e as condições básicas de sobrevivência.

A afirmativa acima é fundamentada em dados do IBGE (2020), segundo os quais o Brasil alcançou, em julho-setembro de 2020, um recorde histórico de



14,6% de pessoas desempregadas. Os dados apontam que os trabalhadores autônomos foram os mais prejudicados durante a pandemia, tendo, inclusive, que não cumprir com o isolamento social e arriscar suas vidas e a dos seus familiares por conta do fator econômico. Além disso, outro aspecto a ser considerado como dificuldade na pandemia vem da falta de conscientização de parte das pessoas, uma vez que fazem festas privadas, aniversários, entre outras atividades, possibilitando com mais facilidade a propagação da doença.


Em virtude dos aspectos abordados, para que o isolamento social seja realmente eficaz e possibilite a diminuição da propagação do vírus, fazem-se necessárias políticas públicas que visem garantir renda extra para a população menos favorecida, e que, de fato, haja a rapidez do estado na vacinação da população. Além disso, é necessário que a justiça não flexibilize atitudes erradas e desnecessárias de alguns sujeitos na sociedade.

Dessa forma, ainda dentro do contexto de pandemia, segurança e políticas públicas, buscamos abordar brevemente sobre outro fator desafiador que foi afetado diretamente nesse período: o ensino, especificamente, o ensino remoto no campo.

O Ensino Remoto Emergencial não expressa educação tecnológica, é somente um formato de ensino que depende do uso das tecnologias para desempenhar a sua funcionalidade. Essa configuração de ensinar foi acordada para atender aos discentes que estão em isolamento social por razão da pandemia da Covid-19, em prol de manter o alunado com o conhecimento durante o distanciamento da escola e evitar o abandono escolar.

As escolas do campo, diferentemente das escolas urbanas, apresentam um altíssimo grau de fragilidade em atender às necessidades do Ensino Remoto Emergencial. A práxis docente, predominantemente, é atrasada e isso ocorre por uma série de fatores, entre elas: falta de infraestrutura e condições de trabalho, ausência de equipamentos midiáticos e internet de qualidade, entre outros.

Nessas circunstâncias, as aulas presenciais foram substituídas, predominantemente, pela disponibilização de atividades pedagógicas não presenciais desenvolvidas via material impresso. Isso ocorre devido à falta de acesso a equipamentos tecnológicos e de internet por parte de estudantes e, até mesmo, dos educadores, uma vez que, no meio rural, o acesso à rede internet é precário e de difícil acesso. Pesquisas apontam que no fim de 2019, cerca de 4,3 milhões de estudantes



Pesquisas apontam que no fim de 2019, 4,3 milhões de estudantes brasileiros não tinham acesso à internet, seja por falta de dinheiro para contratar o serviço ou comprar um aparelho seja por indisponibilidade do serviço nas regiões onde vivem.

brasileiros não tinham acesso à internet, seja por falta de dinheiro para contratar o serviço ou comprar um aparelho, seja por indisponibilidade do serviço nas regiões onde viviam.

Por fim, vale ressaltar que, apesar da importância do Ensino Remoto Emergencial no atual contexto, o mesmo não garante um ensino de qualidade, por conseguinte vem sendo marcado pela ausência e a indisponibilidade de professores em tutoria, cabendo aos alunos serem os protagonistas do aprendizado.

DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO ESTÁGIO REMOTO NO ÂMBITO DA LEDOC: ENTREVISTA COM A PROFESSORA SANDRA CARDOSO

Pedro Luiz Oliveira Britto
João Pedro de Sousa Barreto

Graduandos do curso de Licenciatura em Educação do Campo – UFPI/Teresina



Atualmente, o mundo começa a apresentar sinais de saída da pandemia do novo coronavírus, que já matou 4 milhões de pessoas globalmente, sendo meio milhão no Brasil. O avanço da vacinação em vários países tem derrubado os índices de transmissão, contágio, internação e mortes e, com isso, nações como Estados Unidos, Reino Unido e Israel, que ostentam metade de suas populações totalmente vacinadas, preparam-se para relaxar e/ou abolir medidas restritivas.

Entretanto, no Brasil, as taxas de disseminação do vírus seguem altas e o país se consolida como o epicentro da pandemia. No período de produção deste trabalho, menos de 15% da população imunizada. O negacionismo, população inconsciente e poder público com medidas pouco eficazes contribuem para tal fato. Nesse sentido, o

território brasileiro assiste ao restante do mundo retornar para as atividades típicas do pré-pandemia enquanto as atividades sociais tupiniquins seguem proibidas em virtude do distanciamento social.

Nesse plano, escolas e universidades públicas mantêm seus

Atualmente, o mundo começa a apresentar sinais de saída da pandemia do novo coronavírus que já matou 4 milhões de pessoas no planeta, sendo meio milhão no Brasil.

No Brasil, as taxas de disseminação do vírus seguem altas e o país se consolida como o epicentro da pandemia, até a realização desse trabalho, menos de 15% da população brasileira havia sido imunizada.



trabalhos em formato remoto, isto é, à distância, de forma temporária, enquanto o momento pandêmico persiste. Logo, todas as atividades de ensino, pesquisa, extensão, componentes curriculares e, também, estágios são limitados ao novo formato como forma de preservar o distanciamento e isolamento social. Desse modo, no novo formato, as ações de cunho prático podem apresentar menos efetividade no tocante à contribuição para a formação do profissional, independentemente da área, a exemplo do estágio curricular obrigatório. Nessa perspectiva, conversamos com a Professora Dra. Sandra Regina Cardoso, docente e coordenadora de estágio do curso de Licenciatura em Educação do Campo (UFPI/Teresina), a respeito dos desafios e possibilidades do estágio em formato remoto no âmbito do curso, que é mais impactado devido ao seu público alvo.

1 O ensino remoto (ER) trouxe limitações aos cursos e disciplinas de todas as áreas, no entanto, ele é necessário para que os processos formativos sigam durante a pandemia. Para você, que impactos o estágio supervisionado tem a mais ou a menos em relação a outros componentes curriculares?

Professora Sandra: Sabe-se que o ensino remoto foi algo que chegou de surpresa, pois ninguém esperava essa situação. Então, em 2020, com a pandemia do novo coronavírus, houve uma interrupção das aulas em todas as escolas e acredito que em todas as Universidades também e demorou muito para haver um retorno, principalmente para nós (da LEDOC); e, quando voltamos, o ER foi posto. Então, os desafios são inúmeros para qualquer curso e para qualquer disciplina, mas no que diz respeito ao estágio supervisionado, evidentemente, há mais impactos, pois além das discussões teóricas e avaliações na Universidade, nós trabalhamos com a questão prática nas escolas-campo dos estagiários, seja apenas com a observação ou com a regência. Dessa forma, temos um agravante, por isso, de início, a universidade não liberou a realização de estágio remoto, apenas após a percepção da gravidade da situação é que houve essa liberação. Então, o que vejo como agravante em relação a outras disciplinas é a diferente dimensão, uma vez que os demais componentes ficam entre universidade e universitário, já o estágio engloba uma terceira: a escola, então o estudante faz um trânsito entre as aulas na academia e a realização do estágio em seu local de moradia. Logo, deve haver toda uma adaptação para que isso ocorra, tanto na escola de estágio, quanto nas atividades na universidade.

2 Em algum momento foi considerada a ideia de não ofertar o componente de estágio no período 2020.1? Como foi o planejamento? Sempre houve a consciência da possibilidade da haver prejuízos?

Professora Sandra: A nível de coordenação de Estágio da LEdoC, em nenhum momento foi conversado acerca disso, dessa possibilidade de não ofertar. Eu acredito que, uma vez a universidade liberando o estágio remoto, não houve essa possibilidade,

pois como vocês colocaram na questão anterior, o processo formativo precisa continuar durante a pandemia. Então, o estágio, assim como vários componentes curriculares, ou porque não dizer todos, tem sim prejuízos, impactos, porém é necessário seguir com a formação dos estudantes. Em vários locais do mundo, as coisas começaram a fluir mesmo com a pandemia porque a vida precisa seguir. Logo, sempre houve consciência dos prejuízos do estágio de forma remota, mas acreditamos no aprendizado mesmo nesse contexto. No que tange ao planejamento, ele ocorreu com muito zelo, cuidado e carinho pelos coordenadores de estágio em diálogo com os professores supervisores. Aqui na LEDOC-Teresina, foi feito um levantamento com os estudantes, no período 2019.2, que objetivou conhecer a situação de cada escola e o que faltava para concluir a carga horária total do estágio. Para o 2020.1, nós sentamos para planejar as mesmas coisas, pois a situação não mudou muito, já que as escolas-campo dos alunos continuam trabalhando da mesma forma.

3 No contexto da Licenciatura em Educação do Campo, o estágio remoto apresenta mais desafios em relação ao de outros cursos?

Professora Sandra: Sim, certamente apresenta mais desafios do que o estágio de outros cursos, pois as demais graduações funcionam em regime 100% presencial. Alunos, por exemplo, das Licenciaturas em letras ou matemática estagiam aqui em Teresina ou em Timon-MA, em escolas já acostumadas a receber estagiários e, por isso, o contato com a Universidade é facilitado. No contexto da LEDOC, a grande maioria dos alunos é de outros municípios e, muitos deles, são distantes e isso dificulta o contato com a escola. Além disso, muitas instituições de ensino do campo, onde nossos alunos querem estagiar, dificultam o contato. Agora, no 2020.1, alguns diretores se recusaram a fornecer os dados da escola, pois muitos não são acostumados a receber estagiários. Muitas vezes, a escola nem está cadastrada e quando está é uma surpresa para os funcionários a chegada do acadêmico. No contexto remoto, essa fase da formação apresentou mais dificuldades, pois os alunos têm difícil acesso aos meios tecnológicos. Ademais, nossos alunos fazem estágio em escolas do campo, e o ensino remoto prejudica o trabalho das especificidades dos camponeses dentro do ensino.

4 Mas, para você, que possibilidades o estágio à distância pode trazer para os graduandos e alunos da educação básica?

Professora Sandra: O estágio remoto, dentro desse contexto, é a única possibilidade para o estudante de licenciatura que quer e deve continuar o seu curso, apesar das dificuldades e incertezas do fato de não ser a forma ideal de adentrar à docência. Para os estudantes da educação básica, ainda que não seja a forma mais adequada de ensino, promove a autonomia em seus estudos, pois não há o professor em sua frente ministrando os conteúdos, principalmente nas escolas camponesas, em que se relata a inexistência de aulas síncronas. Além disso, é um momento ímpar para que esse aluno

desenvolva familiaridade com as tecnologias, considerando que muitos dos quais já sabem manuseá-las enquanto outros não. Desse modo, ao retornar para o ensino presencial, aquele aluno que se comprometeu durante o remoto, com certeza apresentará muitos ganhos. De uma maneira geral, o ensino remoto é o que temos para hoje, então vamos em busca de fazer o melhor com o que temos.

4 Com a pandemia, as instituições de ensino tiveram que se reinventar para proporcionar uma aprendizagem remota. Nesse cenário, as TIC's e materiais impressos tiveram um papel fundamental. Com a finalização do período 2019.2 e a primeira experiência de estágio remoto, quais foram as dificuldades relatadas pelos estudantes da LEDOC no tocante às escolas e alunos do campo para a realização de aulas à distância?

Professora Sandra: Não houve tantos problemas, isso porque boa parte dos discentes já havia realizado cerca de 80% do estágio presencialmente, ficando remoto apenas o complemento. Alguns precisaram trocar de escola com a retomada, em razão da instituição não estar desenvolvendo nenhuma atividade remota. Tivemos o cuidado de buscar, junto aos alunos, a realidade das escolas campesinas em que cada um estava vinculado, recebendo um retorno de quase a totalidade deles. Foram consideradas, também, as sugestões dos estagiários, tais como participar dos grupos de professores e de turmas de alunos no WhatsApp da escola, bem como prestar auxílio na produção de vídeos, atividades e materiais didáticos. Uma minoria sugeriu repetir o estágio e não prosseguir com o remoto, mas isso referente àqueles alunos em situação de atraso quanto ao estágio supervisionado.

5 É um momento atípico diferente de tudo que já vivemos e, sem dúvidas, a geração atual ficará marcada na história pelo que viveu em vários campos sociais. Na sua opinião, como o estágio supervisionado remoto poderá contribuir para as discussões científicas no campo da educação ou outras áreas?

Professora Sandra: Olhando para a discussão científica, tendo em vista contribuir não apenas com o momento presente, mas também para deixar essas discussões e relatos para as futuras gerações, tornam-se importantes as publicações como forma de registrar o momento, seja em manuscritos, capítulos de livro, entrevistas como essa ou livros produzidos a partir de agora. Já existem artigos e publicações sobre esse momento que estamos vivenciando em qualquer licenciatura e, em relação ao estágio supervisionado, é possível encontrar algumas publicações que tratam sobre isso, mesmo que não sejam tantas existentes ainda. Acredito que, no presente momento, novos relatos estejam sendo produzidos para uma ampliação dessa discussão, sobre os desafios e possibilidades, sobre o reinventar-se dos professores, sobre o maior envolvimento dos familiares nesse contexto de ensino e, do mesmo modo, devemos assumir esse compromisso de produção de relatos de experiência. O estágio remoto, apesar de estar acontecendo com dificuldades, podemos afirmar, categoricamente, aqui

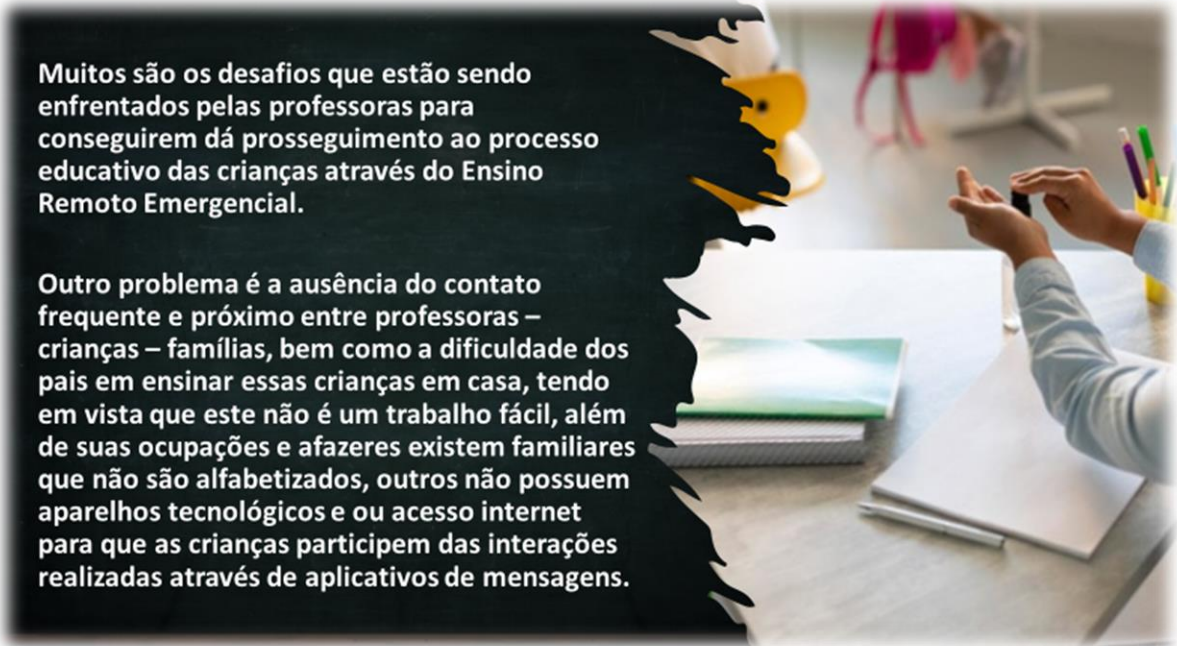
na universidade e em outras universidades do Brasil, que ele pode sim trazer várias contribuições acerca do momento.

EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS NO CONTEXTO DO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL NA CRECHE TIA DAGMAR EM SIGEFREDO PACHECO- PI

Dina Kesia Pereira de Sousa

Acadêmica do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/Ciências da Natureza (CCE/UFPI)

No dia 15 de janeiro do ano de 2021, a Prefeitura Municipal de Sigefredo Pacheco PI publicou um edital para a realização de um teste seletivo simplificado para seleção de candidatos nas diversas áreas, dentre estas para o cargo de professor da Educação Infantil. Sabendo disso, realizei minha inscrição e, apesar do pouco espaço de tempo, dediquei-me a estudar conteúdos relacionados à área educacional com o objetivo de obter êxito no processo de seleção, objetivo alcançado com muita dedicação.

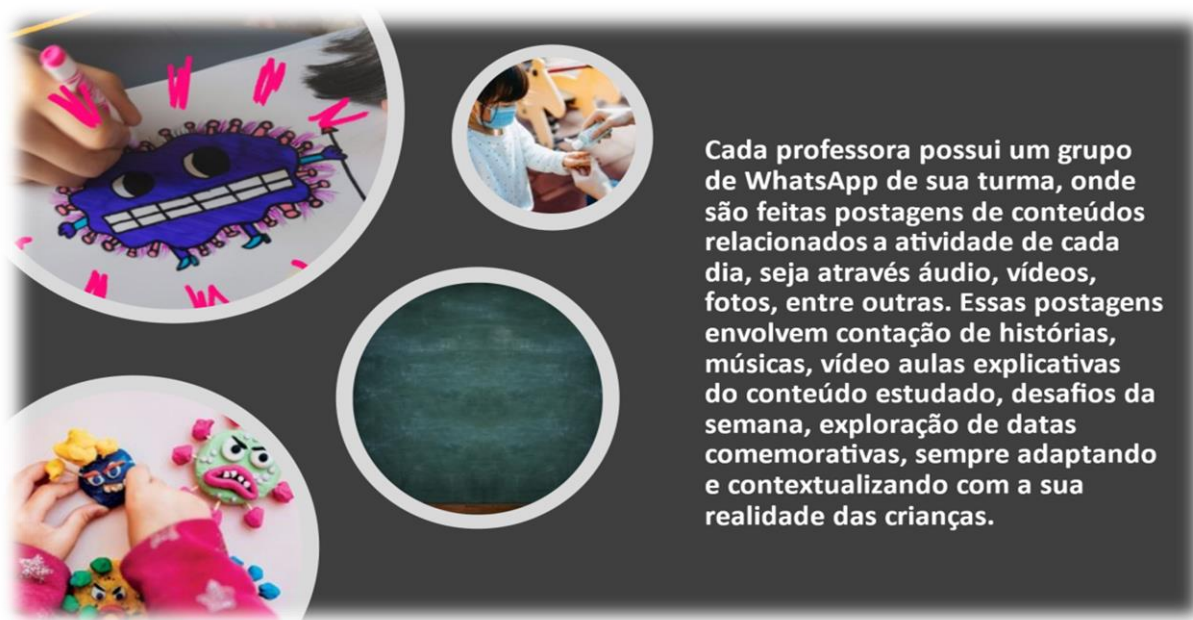


Muitos são os desafios que estão sendo enfrentados pelas professoras para conseguirem dá prosseguimento ao processo educativo das crianças através do Ensino Remoto Emergencial.

Outro problema é a ausência do contato frequente e próximo entre professoras – crianças – famílias, bem como a dificuldade dos pais em ensinar essas crianças em casa, tendo em vista que este não é um trabalho fácil, além de suas ocupações e afazeres existem familiares que não são alfabetizados, outros não possuem aparelhos tecnológicos e ou acesso internet para que as crianças participem das interações realizadas através de aplicativos de mensagens.

Após a publicação do resultado e das orientações fornecidas por parte da equipe gestora da Creche Tia Dagmar, iniciei as atividades como docente no mês de abril, atuando no contexto do Ensino Remoto Emergencial (ERE), especificamente atendendo crianças de 4 a 5 anos. A Educação Infantil tem como principal objetivo promover o desenvolvimento dos aspectos físico, motor, cognitivo, social e emocional, além de fomentar a exploração, as descobertas e a experimentação, algo muito difícil de se concretizar através do ERE, tendo em vista a impossibilidade de estabelecer interações e brincadeiras presenciais.

Muitos são os desafios que estão sendo enfrentados pelas professoras para conseguirem dar prosseguimento ao processo educativo das crianças. Algumas dessas crianças estão tendo, pela primeira vez, o contato com a educação escolar, dificultando o processo de socialização das mesmas. Este ano, algumas trocaram de professoras e ainda não se acostumaram com esta nova situação. Outro problema é a ausência do contato frequente e próximo entre professoras – crianças – famílias, bem como a dificuldade dos pais em ensinar essas crianças em casa, tendo em vista que este não é um trabalho fácil, além de suas ocupações e afazeres, fato que os impede de disponibilizar tempo para ensinar a criança. Existem familiares que não são alfabetizados, outros não possuem aparelhos tecnológicos e ou acesso à internet para que as crianças participem das interações realizadas através de aplicativos de mensagens.



Cada professora possui um grupo de WhatsApp de sua turma, onde são feitas postagens de conteúdos relacionados a atividade de cada dia, seja através áudio, vídeos, fotos, entre outras. Essas postagens envolvem contação de histórias, músicas, vídeo aulas explicativas do conteúdo estudado, desafios da semana, exploração de datas comemorativas, sempre adaptando e contextualizando com a sua realidade das crianças.

É válido ressaltar que as professoras também estão enfrentando muitas dificuldades, entre elas, a de se adaptarem a esta nova realidade que é o Ensino Remoto Emergencial, pois, para desenvolvê-lo, é necessário utilizar diversos recursos metodológicos e tecnológicos. Além disso, o distanciamento físico entre professores – alunos – famílias, a pouca participação das crianças e das famílias nas interações desenvolvidas nos aplicativos de mensagens, as dificuldades de algumas famílias receberem e devolverem as atividades pedagógicas não presenciais nos prazos estabelecidos, a falta de materiais e recursos disponibilizados pelo município para as escolas e de estrutura escolar adaptada para esta realidade são problemas que preocupam os educadores.

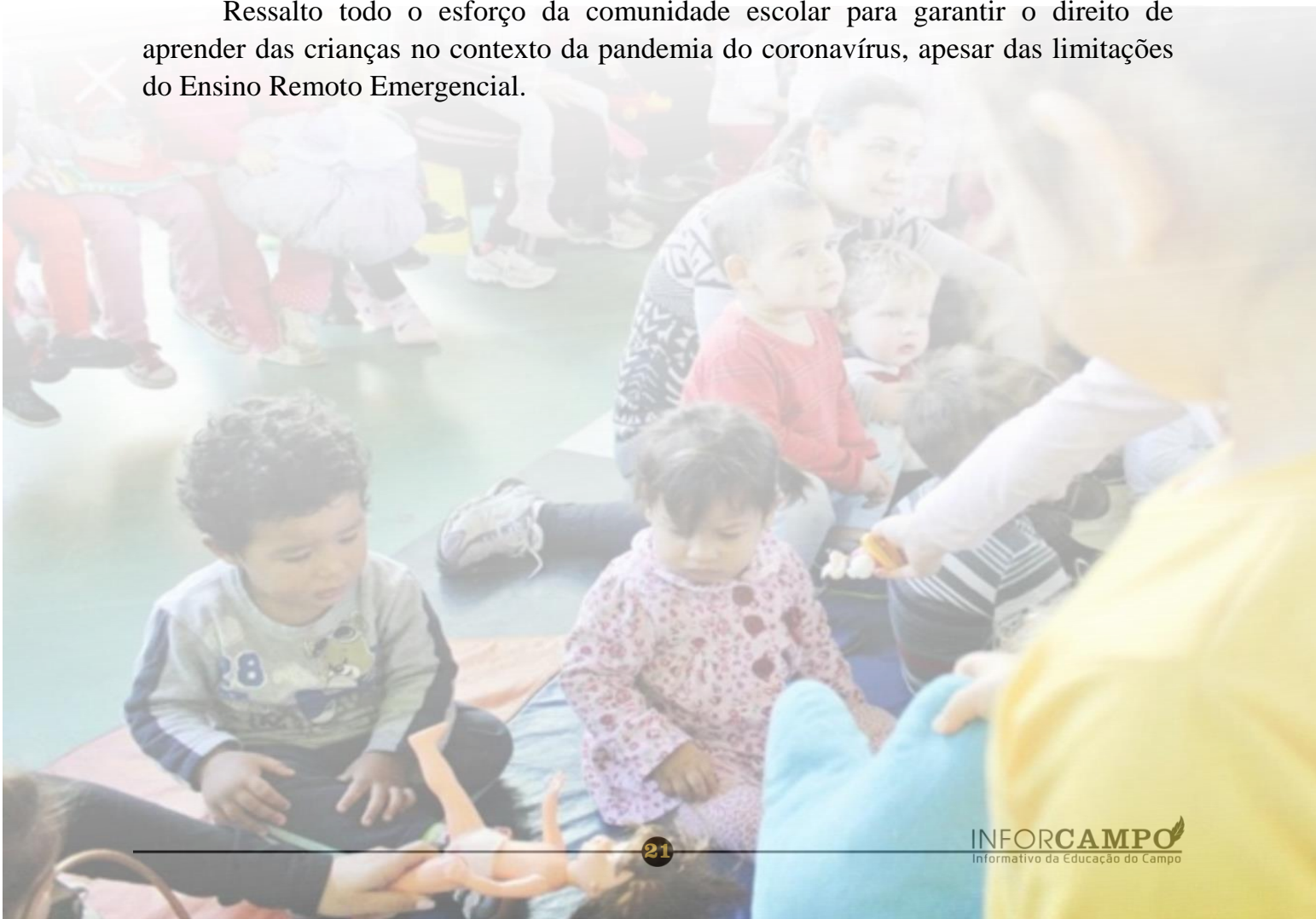
Mediante os desafios e as situações expostas, nesses primeiros meses atuando como professora da Educação Infantil, tenho adquirido significativa experiência na produção de trilhas de aprendizagem, que são entregues às crianças a cada 15 dias e respondidas pelas mesmas com o apoio das famílias. Após a entrega, a minha responsabilidade é fazer a correção e as orientações. É válido ressaltar que cada

professora possui um grupo de WhatsApp de sua turma, onde são feitas postagens de conteúdos relacionados à atividade de cada dia, através de áudio, vídeos, fotos, entre outras. Essas postagens envolvem contação de histórias, músicas, vídeo aulas explicativas do conteúdo estudado, desafios da semana, exploração de datas comemorativas, sempre adaptando e contextualizando com a realidade das crianças.

No grupo, as crianças também postam áudios e vídeos dizendo o nome; a letra inicial e final e a quantidade de vogais das palavras estudadas; lendo as vogais, o alfabeto e os números; dizendo palavras que começam com as vogais e consoantes; falando sobre os hábitos de higiene, sobre meio ambiente e desenvolvendo atividades como plantar e regar plantas, apanhar o lixo do quintal; reconhecendo as cores através dos lápis de cor; relacionando os números às quantidades com lápis de cor; reconhecendo as partes do corpo por meio do próprio corpo; demonstrando noções de distância como perto e longe, lateralidade, esquerda, direita, a frente e atrás, noções de tamanho, curto e longo, alto e baixo; reconhecendo as quatro principais figuras geométricas; tudo isso por meio de práticas que elas mesmas realizam com materiais e objetos que fazem parte do cotidiano.

Através das atividades propostas, as crianças também tiveram a oportunidade de produzir, utilizando materiais recicláveis, objetos como instrumentos musicais, brinquedos e também gravaram vídeos desenvolvendo atividades relacionadas ao meio ambiente, às festas juninas, ao desenvolvimento de brincadeiras típicas, entre outras atividades.

Ressalto todo o esforço da comunidade escolar para garantir o direito de aprender das crianças no contexto da pandemia do coronavírus, apesar das limitações do Ensino Remoto Emergencial.



ENCARANDO DESAFIOS

Se você sonha na vida
Lute sempre com vigor
Não tenha medo da luta
Por se achar inferior
Tenha consigo objetivo
Seja forte e positivo
Para ser um vencedor.

Acredite em você mesmo
Na luta seja engajado
O retorno vem depois
Só basta ser dedicado
Pois nada está perdido
Você tem um grande amigo
Um professor ao seu lado.

O professor é tão amigo
Que ele encontra solução
Com o foco no aluno
Visando a transformação
Em tempos de pandemia
Ele usa sua ousadia
Para não te deixar na mão.

Que são as aulas remota
Uma nova realidade
Síncrona e assíncrona
Para sua comodidade
O professor é convencido
De que falando ao seu ouvido
Você aprende de verdade.

É com esse pensamento
Que ele se dedica a ensinar
Pensando no seu futuro
Sua *live* vai tocar
Não importa a distância
Ele vê a importância
Em o aluno ajudar.

Ele usa esse modelo
E mostra sua resistência
Seguindo o modo *online*

Uma nova experiência
Que veio a contribuir
Transformar e progredir
Dentro da sua docência.

Se a rotina triplicou
Ele faz um rebolado
Driblando a carga horária
Resistindo e empolgado
Com a sua perseverança
Ele não perde a esperança
Em ver seu aluno formado.

A comunidade científica
Agrega novos valores
Com as aulas virtuais
Que trouxe doces sabores
A tecnologia e a ciência
Valeu pela experiência
Viva a equipe de professores.



Francisco José Macêdo

Acadêmico do Curso de Licenciatura em
Educação do Campo/CCE/UFPI

PROGRAMA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA NO CONTEXTO DO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL

Lohany Bezerra dos Santos
Samuel Nery Guimarães

Acadêmicos do Curso de Licenciatura em Educação Campo/CCE/UFPI

Sabemos que um dos principais desafios de um professor recém-formado é a sua inserção no ambiente escolar, na sala de aula. Com o propósito de contornar este desafio, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Capes criou

o Programa de Iniciação à Docência - Pibid, cujo objetivo é antecipar o vínculo entre os futuros mestres e as salas de aula da rede pública com o intuito de proporcionar ao estudante sua inserção na sala de aula durante a sua formação acadêmica.

No âmbito do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, em 2018, o Pibid contemplou 30 estudantes, sendo 24 bolsistas e 6

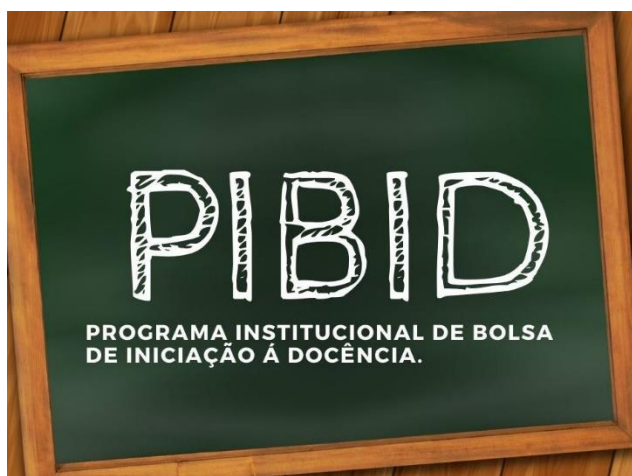
voluntários, que desenvolveram as atividades nos municípios de Teresina, Sigefredo Pacheco e Miguel Alves. Em 2020, são 24 bolsistas e 6 voluntários, que desenvolveram as atividades nos municípios de Teresina, São João do Arraial e Miguel Alves. É importante destacar que a participação dos alunos dos cursos de graduação no Pibid possibilita aos mesmos a inserção em sala de aula desenvolvendo ações de monitoria, elaboração de materiais didáticos e pedagógicos e a execução de atividades pedagógicas orientadas por um professor da educação básica.

É válido lembrar que as ações desenvolvidas na edição de 2018 ocorreram de maneira presencial, mas em 2020, estão sendo desenvolvida através do Ensino Remoto Emergencial devido a necessidade de manter o isolamento social como forma de reduzir os índices de contaminação pelo coronavírus. A respeito das duas experiências destacamos que:

Tive a oportunidade de vivenciar as atividades do Programa de Iniciação à Docência na edição de 2018 e avalio como muito importante, pois pude participar ativamente desenvolvendo ações de monitoria, atividades pedagógicas e completares que contribuíram para a minha formação e também para o processo de ensino aprendizagem dos estudantes das escolas contempladas. Reinserido no Programa na edição de 2020, por mais 8 meses,

dessa vez através do Ensino Remoto Emergencial, tive a oportunidade de participar de diversos processos formativos de forma online. Em âmbito escolar, realizamos análise do Projeto Político Pedagógico (PPP), a elaboração de projetos de ensino, curso de preparação de atividades pedagógicas não presenciais, entre outras, muito relevantes para a aquisição de conhecimentos e saberes necessários para o exercício da docência. (SAMUEL NERY GUIMARÃES)

É evidente que vivenciarmos os dois formatos de ensino, dentro do mesmo programa e da mesma escola, oportuniza-nos um posicionamento mais abrangente a respeito da prática docente em diferentes contextos, incluindo a experiência com o



Ensino Remoto Emergencial que, para desenvolvê-lo, foi necessário levarmos em conta a capacidade operacional da estrutura escolar e o planejamento de ações adaptadas com vistas a desenvolver os processos de ensino e aprendizagem.

Embora existam muitas críticas relacionadas ao desenvolvimento do Ensino Remoto Emergencial, entendemos que desenvolvê-lo é também uma forma de articular teoria e prática no processo de formação docente. Como diz Freire (2004): a teoria sem a prática vira verbalismo, assim como a prática sem teoria vira ativismo. No entanto, quando se une a prática com a teoria tem-se a práxis, a ação criadora e modificadora da realidade.

Em complemento a isso, é importante destacar que a experiência obtida ao longo do Pibid, nos proporcionou ter um contato mais forte e de grande importância para a nossa formação docente, onde além das vivências e produção de saberes tivemos uma aproximação humana de afeto e sensibilidade com o corpo docente e discente da escola. Mais uma vez, citamos Freire (2004) para enfatizar que a alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não pode dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria.

Ao participarmos das ações formativas do Pibid, tivemos a oportunidade de construir modelos didáticos unindo teoria e prática, elaborar e desenvolver projetos como o de revitalização de uma horta escolar, desenvolver várias oficinas temáticas, entre outras. Tais experiências ocorreram de forma presencial antes da pandemia, em 2018, no município de Sigefredo Pacheco, proporcionando resultados positivos e satisfatórios.

Os materiais e jogos didáticos foram construídos de acordo com os conteúdos trabalhados em sala de aula, como por exemplo, ao abordar a temática cadeia e teia alimentar, elaboramos com os estudantes uma pirâmide alimentar para representar os níveis tróficos e várias cartinhas com fotos e nomes para que eles pudessem montar a

cadeia podendo, assim, relacionar teoria e prática. Outro exemplo foi a distribuição de uma tabela periódica em cartaz; e outros como alimentação saudável, na qual, inicialmente, fizemos a abordagem explicativa sobre a importância dos alimentos e sobre o projeto desenvolvido, que foi o da revitalização da horta. Este foi um projeto muito importante, pois a mesma estava desativada há muito tempo.

Uma atividade muito relevante foi a realização de oficinas sobre a temática sexualidade. Essa proposta ajudou bastante na compreensão dos alunos sobre um assunto complexo, cheio de tabus, rótulos e pouco trabalhado nas escolas. Através dessa abordagem metodológica, mostramos que é possível abordar, de forma leve e dinâmica, o assunto sexualidade, sem invadir espaços e sempre respeitando o próximo. Além dessa experiência em sala de aula, também participamos de processos formativos desenvolvidos pela Coordenação de Área do Pibid no âmbito do Curso de Licenciatura em Educação do Campo através de encontros presenciais na etapa 2018 e virtuais na etapa 2020, momentos de grande aprendizado e formulação de conhecimentos que contribuíram de forma ímpar para a realização de aulas em campo, como mostra o relato abaixo:

Nos primeiros dias de experiência presencial na escola, percebi um grande déficit de aprendizagem dos alunos no que tange a aulas práticas, pois eles não tinham como rotina criar materiais, jogos, brincadeiras lúdicas, era tudo muito novo e estranho para eles. A resistência inicial por parte do professor também foi grande, o que muitas vezes desanimava, porém com o tempo, isso foi mudando e a minha contribuição foi fluindo melhor, as metodologias ativas de ensino implantadas foram se tornando cada vez mais frequentes na disciplina. Observar a empolgação, os olhinhos brilhando, a vontade em aprender, em participar, foi enriquecedor. Aprendi muito com eles e ensinei o que pude, da melhor maneira que encontrei. Essa troca de saberes é, com certeza, de grande valia no processo de ensino e aprendizagem. (LOHANY SILVA BEZERRA DOS SANTOS)

Nesse sentido, o Pibid, além de trazer uma aproximação do discente, futuro docente, com seu posterior âmbito de atuação, também ajuda as escolas contempladas com o ensino dos estudantes que têm a oportunidade de conhecer aulas práticas, de manter contato direto com o objeto de estudo. Experiências como essas perpassam as fronteiras do aprender e faz com que sintamos prazer em exercer essa profissão, que é a de educar.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004 (Coleção leitura).

ENTREVISTA COM A COORDENADORA DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO – PROFA. DRA. RAIMUNDA ALVES MELO

João Pedro de Sousa Barreto

Maria Fabiola da Silva Santos

Acadêmicos do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/CCE/UFPI

No dia 28 de junho de 2021, a Universidade Federal do Piauí (UFPI), por meio da Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação (PREG), do Centro de Ciências da Educação (CCE) e da Coordenação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, abriu as inscrições para a seleção de até 40 (quarenta) vagas para o Curso de Pós-Graduação em Educação do Campo, em nível de Especialização.

O curso é destinado aos profissionais que atuam em escolas do campo, em pleno exercício na docência ou na gestão de processos escolares, bem como a egressos de Cursos de Licenciatura em Educação do Campo. Para tratar sobre essa política pública, entrevistamos a Coordenadora do Curso, Profa. Dra. Raimundinha Melo.



1 – Inicialmente, o que o curso de Especialização em Educação do Campo representa no tocante às lutas em prol da educação básica do campo?

Professora Raimundinha Melo: O Curso de Especialização em Educação do Campo representa mais uma política pública que objetiva contribuir para a melhoria do ensino-aprendizagem nas escolas do/no campo, a partir da materialização dos princípios e práticas da Educação do Campo, bem como servir de experiência para a ampliação das oportunidades formativas aos profissionais da educação básica que atuam nessas escolas, possibilitando-lhes a continuidade de estudos, o desenvolvimento de pesquisas e o aprimoramento profissional.

2 – Pensando essencialmente nos licenciandos da LEDOC, um curso já desenvolvido em consonância com os princípios da educação do campo, qual seria a importância da Especialização para esses discentes?

Professora Raimundinha Melo: Significa mais uma oportunidade de qualificação e atualização para os egressos do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC). Sabemos que, por ser uma licenciatura multidisciplinar, abarcando a área do

conhecimento Ciências da Natureza (Química, Física e Biologia) e por exigir a formação de profissionais para a docência e para a gestão de processos escolares e comunitários, quatro anos de formação na LEdoC não dão conta de aprofundar as habilitações exigidas, portanto, é fundamental que a UFPI ofereça condições aos licenciados de continuarem seu processo formativo e essa é mais uma possibilidade de alcance desse objetivo.

3 – Por conseguinte, qual a relevância do curso de Especialização em Educação do Campo para os docentes atuantes em escolas do campo e para os profissionais que atuam na gestão dos processos escolares?

Professora Raimundinha Melo: A oferta de formação continuada pela Universidade Federal do Piauí se traduz como uma oportunidade de ampliar os saberes e conhecimentos dos professores de escolas do campo de forma mais condizente com as necessidades das escolas e dos estudantes por elas atendidos, se traduzindo, ainda, como uma oportunidade de contribuir para o aprofundamento de estudos sobre a área e para o desenvolvimento de práticas pedagógicas e de gestão escolar contextualizadas à realidade camponesa, em conformidade com os referenciais teórico-metodológicos e legais da Educação do Campo. Nesse sentido, se traduz como uma excelente oportunidade de formação continuada para os professores e gestores de escolas do campo.

4 – Compreendendo a Educação do Campo não como algo fechado e finalizado, mas sim como um movimento constante de luta com vistas a uma educação de qualidade e humanitária para esses sujeitos, no campo e do campo, a qual ainda se busca totalizar, ao fim, o que se espera desses professores e professoras ao retornar para as escolas camponesas, quais os impactos se objetivam alcançar na educação básica do campo com o curso de Especialização?

Professora Raimundinha Melo: A proposta do curso de Especialização pretende desenvolver, em seus participantes, as seguintes competências e habilidades técnico-profissionais e pedagógicas para: a (re)elaboração do projeto político-pedagógico da escola do campo, considerando os princípios da Educação do Campo; a construção de um ambiente educativo democrático, prezando pela participação ativa de todos os profissionais da escola, dos estudantes, das famílias e da comunidade; a aplicação de metodologias adequadas a um fazer docente colaborativo, interdisciplinar, contextualizado, aberto às perspectivas e saberes dos estudantes, bem como promotor de aprendizagens conceituais, procedimentais e atitudinais, entre outras.

5 – Quais as etapas do processo seletivo e os critérios a serem avaliados para o ingresso no curso de Especialização?

Professora Raimundinha Melo: O processo de seleção dos discentes constituir-se de três etapas, a saber: 1ª Etapa: Inscrição - Entrega de toda a documentação exigida; 2ª

etapa - Memorial Descritivo, especificando: motivações para a realização do curso, trajetória de vida ligada ao campo e à Educação do Campo, histórico de atuação acadêmica e profissional em contextos escolares e não-escolares do campo, condições materiais e disponibilidade de tempo para a realização do curso e pretensões após a conclusão do mesmo; 3ª Etapa - Entrevista, que se constituirá de uma conversa entre o candidato ao Curso de Especialização em Educação do Campo e dois entrevistadores de modo a obter informação necessária por parte do entrevistado. Os critérios avaliados serão: capacidade de expor de maneira clara, objetiva e consistente no que se refere ao interesse em participar do Curso de Especialização em Educação do Campo; capacidade de argumentação diante das questões formuladas pelos entrevistadores; capacidade de explicitação da relação entre o interesse em participar da Especialização em Educação do Campo e sua trajetória profissional; demonstração de disponibilidade de tempo do candidato para atender às exigências da Especialização em Educação do Campo.

6 – Por fim, qual a mensagem a senhora gostaria de deixar para esses sujeitos, que assumem o compromisso de lutar por uma educação que dignifique os povos do campo?

Professora Raimundinha Melo: A minha mensagem é que, apesar de todas as adversidades políticas e sociais vividas no atual momento, precisamos resistir e continuar lutando, pois a realidade não é, ela está e, por isso mesmo, é possível de ser mudada. O seu reconhecimento e transformação ocorre pela consciência crítica, resistência e luta organizada das classes populares, educadores, estudantes. O nosso dever e motivo para continuarmos vivos é continuarmos lutando. Caminhemos por dentro ou por fora, mas mantenhamo-nos firmes no propósito da caminhada.

2ª EDIÇÃO DO PROGRAMA ESCOLA DA TERRA NO PIAUÍ: O FORTALECIMENTO DAS ESCOLAS MULTISSERIADAS PARA MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS NO CAMPO

Keylla Rejane Almeida Melo

Docente do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/CCE/UFPI

O Programa Escola da Terra, como política pública proposta e financiada pelo Ministério da Educação, tem como objetivo promover a melhoria das condições de acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes do campo e quilombolas em suas



Anchi Amozim

comunidades. Consiste em uma ação de formação continuada de docentes que atuam em classes multisseriadas de escolas do campo, dos anos iniciais do ensino fundamental, fortalecendo a escola como espaço de vivência social e cultural.

Historicamente, as classes multisseriadas, mesmo configurando-se, em muitas comunidades, como a única forma de garantia do direito à educação, têm sido tratadas como problema por muitos gestores públicos, sendo negligenciadas e constantemente ameaçadas de fechamento. Nesse contexto, o Programa Escola da Terra representa uma oportunidade de atender essas classes em suas necessidades específicas para que tenham êxito no trabalho pedagógico, considerando as especificidades, necessidades e potencialidades dos sujeitos camponeses e de suas respectivas comunidades.

Coadunado com os princípios e práticas que fundamentam a Educação do Campo, o Programa Escola da Terra, no âmbito da Universidade Federal do Piauí, tem por objetivo ofertar curso de aperfeiçoamento em regime semipresencial/alternância, para docentes das redes municipais, que atuam em classes multisseriadas de escolas do campo. Em sua segunda edição, desenvolve-se de forma a aprimorar a experiência já acumulada na primeira edição, potencializando a multisseriação como possibilidade pedagógica que exige uma formação específica para os docentes, recursos e materiais diversos e produzidos exclusivamente para os estudantes que nelas são educados, currículo contextualizado e interdisciplinar, que se organiza por meio de um planejamento mais integrador, estruturado, por exemplo, em forma de projetos didáticos e sequências didáticas, baseado nos níveis de aprendizagem dos estudantes e não nas séries escolares.

Dessa forma, o percurso formativo elaborado pela equipe de formação da UFPI tem como pressuposto a contextualização da prática social no campo, entendendo-a como parte de uma prática social mais ampliada, que precisa ser considerada como ponto de partida e de chegada da prática educativa na escola. A opção foi por promover uma formação docente que oportunize aos estudantes das classes multisseriadas a incorporação dos conhecimentos historicamente acumulados para participarem dos avanços científicos e tecnológicos para o desenvolvimento sustentável do campo, de forma particular, e da sociedade, de forma geral.

A formação está organizada em cinco módulos. O primeiro, discute o trabalho pedagógico em classes multisseriadas, mais especificamente, currículo, planejamento e avaliação. Essa discussão vai permeando os quatro módulos seguintes, que tratam das áreas do conhecimento: Alfabetização e Letramento, Ciências da Natureza, Ciências Humanas (História e Geografia) e Matemática. Numa perspectiva interdisciplinar e contextualizada, esses módulos dialogam entre si, transversalizados pela realidade camponesa na qual a prática pedagógica desenvolve-se, por isso, a opção pela alternância de tempos/espços/saberes formativos: Tempo-Universidade (TU) e Tempo-Comunidade (TC).

A alternância permite o diálogo constante com os saberes e experiências dos professores cursistas. No TU, há momentos de reflexão e discussão com base em um referencial teórico crítico, bem como são desenvolvidas, com orientação das

professoras formadoras, oficinas de planejamento do trabalho pedagógico e elaboração de materiais didáticos para a potencialização da prática docente. A partir desses estudos e oficinas desenvolvidos, são elaboradas atividades a serem implementadas no TC, sob orientação dos tutores e tutoras, da formadora e das professoras formadoras pesquisadoras. O TU seguinte constitui-se, também, como espaço/tempo de sistematização, síntese e consolidação do que foi desenvolvido no TC.

O intuito de implementação do Escola da Terra no Piauí é, de forma mais ampla, fortalecer/desenvolver uma Política Municipal de Educação do Campo que garanta a materialização do que determina a legislação específica sobre a educação para as populações camponesas. A articulação entre os diferentes entes federados é fundamental para a consecução de tal objetivo. Na instância federal, esta parceria está representada pela Semesp/MEC e UFPI; na estadual, pela Seduc; e na municipal, pelos nove municípios beneficiários da ação de formação nesta edição (Barras, Batalha, Esperantina, Joaquim Pires, Luzilândia, Madeiro, Morro do Chapéu do Piauí, Nossa Senhora dos Remédios e São João do Arraial).

Para tal, é crucial que sejam discutidas as políticas de fechamento de escolas rurais, nucleação e transporte escolar, fazendo com que os gestores, docentes e a sociedade em geral compreendam que a manutenção das escolas nas comunidades é uma forma de garantia do direito à educação e à convivência familiar, possibilitando o fortalecimento da cultura camponesa.

ALUNOS DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO DA UFPI/CCE INTEGRAM EQUIPE DE EXECUÇÃO DE PROJETO DE EXTENSÃO

Elais do Nascimento Santos

Janaí Nascimento de Sousa

Maria Fabíola da Silva Santos

Raimundo Nonato de Sousa Silva

Acadêmicos do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/CCE/UFPI

O projeto de extensão, **“Família camponesa: traçando um caminho de liberdade sustentável”**, realizado na Localidade Carpina I no município de Batalha/PI, foi elaborado por Raimundo Nonato, egresso do curso de Licenciatura em Educação do Campo



(LEdoC) e aluno do Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, ambos da Universidade Federal do Piauí. O projeto consiste em refletir, junto à comunidade, sobre os danos ambientais causados pelo uso excessivo do meio ambiente, buscando elevar a consciência de integrantes da comunidade através do estudo e do desenvolvimento de práticas ecológicas e sustentáveis na produção dos alimentos para a sobrevivência das famílias.

É notória a importância de tecer caminhos que proporcionem conhecimentos à população campesina para que possam ser superados os danos que estão sendo causados e, a partir disso, os sujeitos utilizem outras ferramentas para o desenvolvimento local. Esses danos podem acarretar uma série de desequilíbrios para a natureza, como mudanças climáticas, extinção de espécies da fauna e da flora, superpopulação, degradação do solo. O uso em abundância de agrotóxicos, por exemplo, principalmente pela agricultura familiar, gera inúmeras doenças à população e compromete a saúde humana.

Por se tratar de um projeto de extensão da UFPI, proposto por um ex-aluno da LEdoC, a professora Keylla Melo, que coordena o projeto, ressaltou a importância de incluir alunos ativos no curso, sendo selecionadas três monitoras para participarem da equipe de execução do projeto. A respeito dessa experiência, as monitoras afirmam que: “podemos perceber que tem sido muito gratificante e enriquecedora a nossa participação nas ações, até então, desenvolvidas, para nossa vida acadêmica e nosso crescimento pessoal, pois somos instigadas a fazer leituras críticas, produzir ensaios e artigos científicos, além disso, estamos inspirando-nos para, posteriormente, ser nossa vez de estarmos cursando um mestrado e já termos essa experiência”.

Esse projeto, dentro das comunidades campesinas tem várias atividades, como, por exemplo, o cultivo de hortaliças e legumes, que servirá de laboratório de experiência em agroecologia. Vale ressaltar que, diante do cenário no qual cada vez mais existe a evasão de alunos das escolas do campo, o projeto visa garantir uma maior participação dos alunos e de seus saberes. Projetos como esses são de grande importância dentro das escolas para participação dos alunos na execução e para evitar a evasão dos mesmos.

Neste contexto, o projeto também dispõe da participação ativa de quatro alunos de Ensino Médio residentes em comunidades rurais de Batalha, e, ainda, do envolvimento dos filhos dos agricultores que estão no ensino fundamental. O projeto traz à luz a mensagem evidenciada na canção “O que diria Dylan”, do compositor Zé Geraldo: “Meu amigo, meu camarada, meu irmão, escreva sua história com suas próprias mãos”, em que nos convida a sair da zona de conforto e tecer caminhos, iniciativas e ações para o projeto de vida e de sociedade que queremos.



ESTUDO DOS ARTRÓPODES NO ENSINO MÉDIO: PRODUÇÃO TEXTUAL E MODELOS DIDÁTICOS COMO METODOLOGIAS FACILITADORAS

Márcia Maria Vasconcelos de Oliveira

Licenciada em Educação do Campo/CCE/UFPI

Profa. Dra. Sandra Regina Cardoso Vitorino

Docente do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/CCE/UFPI



O Filo *Arthropoda* é um grupo que apresenta grande riqueza e abundância de espécies no Reino Animalia. Esses organismos são de extrema importância, pois realizam vários processos ecológicos no ecossistema. No âmbito escolar, esse conteúdo pode ser bastante complexo aos

alunos, devido à quantidade de nomes, definições e características do grupo e, além disso, muitas vezes, é trabalhado em sala de forma isolada, fragmentada, focando apenas na memorização de terminologias e nomenclaturas.

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo caracterizar os artrópodes e sua importância ecológica através de estratégias facilitadoras, com estudantes do Ensino Médio, em uma escola campesina no município de Piri-piri-PI.

A ênfase deste estudo se dá no uso de modelos didáticos como instrumento facilitador no processo de ensino e aprendizagem, visando um melhor conhecimento sobre o conteúdo aplicado em sala de aula e disponibilizando novas metodologias para o ensino de Zoologia.

As ações foram desenvolvidas na Unidade de Ensino Judith Alves Santana, com 21 alunos do 2º ano do Ensino Médio. A metodologia utilizada teve abordagem qualitativa, cuja ênfase foi no ensino de Zoologia, diversidade de artrópodes e o uso de métodos didáticos alternativos em sala de aula. Como instrumento para a coleta de dados, utilizou-se modelos didáticos e produção textual.



Sobre os representantes do *Filo Arthropoda*, observou-se que, após a intervenção proposta, os estudantes demonstraram conhecer melhor os representantes desse grupo e as características morfológicas dos Subfilos e Classes. Além disso, o conhecimento sobre os benefícios e maléficos desse Filo foi superior após a intervenção em sala de aula, pois se percebeu que os alunos relacionaram os artrópodes a vários papéis ecológicos que desempenham no ecossistema e aos seres humanos.



No geral, comparando os relatos iniciais e finais dos estudantes, percebe-se mudanças positivas que contribuíram no processo de aprendizagem, ocorrendo avanços na compreensão de todo o conteúdo. Assim, o uso de metodologias alternativas, com os modelos didáticos e produção textual, contribuiu para o entendimento do conteúdo sobre o *Filo Arthropoda*, de modo que, quando os estudantes foram estimulados a buscar novos conhecimentos e a se envolver no estudo, conseguiram desenvolver outras percepções sobre o conteúdo.

LEDOC DE TERESINA TEM PROJETO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA FINANCIADO PELA FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO PIAUÍ - FAPEPI

Lohany Bezerra dos Santos

Samuel Nery Guimarães

Acadêmicos do Curso de Licenciatura em Educação Campo/CCE/UFPI

No primeiro semestre do ano de 2021, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí -FAPEPI publicou o edital n. 002\2021, cujo objeto foi a disponibilização de 100 bolsas para projetos de iniciação científica, destinadas a alunos e professores e pesquisadores de faculdades e universidades piauienses.

Os objetivos do Programa de Bolsas de Iniciação Científica da Fapepi são: despertar vocação científica e incentivar novos talentos potenciais entre estudantes de graduação, com garantia da participação de estudantes mulheres na iniciação científica e tecnológica, matriculadas em Instituição de Ensino Superior (IES) e estimular pesquisadores vinculados a instituições de ensino e pesquisa do estado do Piauí a promoverem o acesso de estudantes de graduação aos processos de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e inovação, assim como na formação de profissionais qualificados.

Na ocasião, a Profa. Dra. Raimunda Alves Melo apresentou o Projeto de Pesquisa intitulado “Epistemologia da escola pública na contemporaneidade: a prática

educativa em análise”, obtendo a quarta posição na lista de projetos aprovados. O projeto tem como objetivo geral analisar a epistemologia da escola pública na contemporaneidade com ênfase na caracterização da prática educativa de professores que trabalham nos anos finais do Ensino Fundamental.

Após a aprovação dos projetos de Iniciação Científica, a Coordenação do Curso de Especialização em Educação do Campo publicou o Edital n. 001\2021 - LEDOC\CCE\UFPI para seleção de estudantes interessados em concorrer as bolsas. Participaram do processo seis acadêmicos, dos quais dois foram selecionados: Lohany Bezerra Dos Santos e Samuel Nery Guimarães.

Os estudantes contemplados no Programa de Iniciação Científica são alunos do 6º período de graduação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, segundo os quais esta é uma experiência que está proporcionando aos mesmos a aquisição de conhecimentos e saberes para uma formação sólida, traduzindo-se, ainda, como uma oportunidade de adentrar os meandros da pesquisa científica.

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS

Maria Michele Portela da Rocha Guimarães

Licenciada em Educação Campo/CCE/UFPI



O ensino de Ciências vem ganhando importância cada vez maior na atualidade, pois é um meio importante de preparar o estudante para enfrentar desafios, sendo assim, é importante que o professor de Ciências das escolas do campo estimule o estudante a

questionar. Também deve incentivá-lo a buscar evidências, pois, dessa forma, o ensino contribui para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária, porque ensinar Ciências não é só definir conceitos ou descrever fatos, mas também preparar cidadãos.

Para Polon (2012, p. 31), “a sociedade da informação exige novos saberes aos docentes”. Sabe-se que o ser humano vive em um tempo em que a ciência e a tecnologia estão cada vez mais presentes no dia a dia das pessoas; crianças e

adolescentes estão imersos em um universo repleto de informações, e isso exige que o professor esteja bem informado e preparado para acompanhar as descobertas científicas, porque ensinar Ciências proporciona o prazer de descobrir explicações para uma série de fenômenos.

O professor deve trabalhar com conteúdos completos, diversificados, atualizados e que preservem a identidade do aluno enquanto sujeito do campo, além de deve adotar uma metodologia baseada na comunicação direta com o aluno, ou seja, adotar métodos, técnicas, recursos e meios para enriquecer o processo de ensino, proporcionando atividades variadas e ricas para acrescentar mais força ao conteúdo.

Pode-se dizer que uma das qualidades mais importantes é saber organizar, porque a função do professor não é só transmitir informações, mas ajudar o aluno a potencializar sua capacidade de conhecimento e isso só será possível se o professor souber organizar não só suas atividades, como também as atividades de cada aluno.

Polon (2012, p. 32) afirma que “os saberes construídos na graduação, muitas vezes não são suficientes para dar conta da realidade vivida em sala de aula”. Ou seja, para que o aprendizado aconteça, é necessário que o professor estabeleça uma conexão entre conceito científico e as experiências vividas no cotidiano dos estudantes.

Portanto, entre os saberes que o professor de Ciências adquire em sua formação, estão não apenas os conteúdos de sua disciplina, mas também as principais estratégias utilizadas para facilitar o aprendizado do aluno.

REFERÊNCIA

POLON, Sandra Aparecida Machado. *Teoria e metodologia do ensino de ciências*. Paraná: Unicentro, 2012.

INTERVENÇÕES PSICOPEDAGÓGICAS ATRAVÉS DO CONTO “OS TRÊS PORQUINHOS” COM ESTUDANTES DE ESCOLAS DO CAMPO DE TIMON

Anarleth Feitosa Aguiar

Acadêmica do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/CCE/UFPI

A escolha do conto “Os três Porquinhos” ocorreu para que pudéssemos despertar o interesse das crianças pela aprendizagem da leitura e da escrita, bem como melhorar a concentração dos aprendentes para a construção do conhecimento, oportunizando aos mesmos conhecer os clássicos da literatura infantil.

Essa perspectiva de trabalhar os contos no ambiente escolar parte da necessidade de valorizar a cultura das crianças, bem como oportunizar as mesmas vivências de valorização dos clássicos da literatura infantil. Em algumas escolas, os contos de fadas ficam esquecidos nas estantes ou depósitos, podendo ser utilizados na

prática educativa alfabetizadora de maneira significativa, gerando aprendizagem para as crianças.

É preciso que, no quesito da educação, haja motivação e compromisso por parte tanto dos professores como da equipe escolar em trabalhar situações de ensino significativas através das quais o processo de apropriação da leitura e da escrita ocorra de forma interdisciplinar, pois são esses pequenos atos, se bem executados, que surtem efeitos positivos na realidade da educação nos dias atuais.

Existem muitos contos de fada, cada um deles ilustra uma situação diferente, caracteriza ambientes, personagens e narra uma história que chama a atenção das crianças. É através dos contos que o incentivo à leitura pode ganhar força. O estímulo à leitura é um elemento de suma importância, pois quanto mais se ler, mais as ideias vão fluindo e contribuindo para uma formação dotada de sentido para as crianças.

Os contos clássicos estão inseridos no maravilhoso mundo das crianças que, partindo de uma situação fictícia, proporciona as mesmas emoções e vivências de aprendizagens significativas. O conto “Os três Porquinhos” possibilita às crianças conhecer um universo de magia e aventura, e quando bem trabalhado, com objetivos pedagógicos, esta história pode contribuir para a aprendizagem da leitura e da escrita de forma interdisciplinar, lúdica e criativa.

O Projeto Intervenções Psicopedagógicas através do conto “Os três Porquinhos” foi desenvolvido em seis escolas do campo pertencentes a seis comunidades do município de Timon-MA. As oficinas contemplaram atividades como: diálogo inicial com as crianças, contação da história em rodas de leitura, apresentação de cartaz com figuras ilustrativas, dramatizações teatrais, conforme ilustrações abaixo:

Figura 1 – Conversa informal com os alunos EMEF São Elias, Povoado Sacos - Timon/MA



Fonte: a autora

Figura 2–Momento inicial da dramatização sobre “os três porquinhos”, EMEF Leônidas de Sousa, Povoado Perdidos – Timon/MA



Fonte: a autora



Os resultados foram significativos, pois, de acordo com os dados e diálogo com o corpo docente, houve evolução no processo de ensino e aprendizagem dos alunos, corroborando com as afirmações de Ressureição (2005), segundo a qual os contos de fadas trabalhados nas escolas refletem no desenvolvimento das crianças.

De acordo com o projeto desenvolvido nas escolas das comunidades, percebeu-se a evolução do nível de aprendizagem, como também algumas dificuldades enfrentadas pelos professores e alunos das escolas do campo.

Diante do exposto, percebeu-se que é de suma importância o desenvolvimento de atividades que dialoguem com a cultura das crianças. Além disso, esse projeto possibilitou conhecer afincos à realidade de cada aluno, suas dificuldades e as necessidades de atividade extraclasse que ajudem no processo de ensino e aprendizagem dos alunos do campo.

REFERÊNCIAS

RESSUREIÇÃO, J.B. *A importância dos contos de fada no desenvolvimento da imaginação*. Pós-graduação em novas abordagens em Língua Portuguesa e Literatura da Língua Portuguesa, 2005. Faculdade Cenecista de Osório-FACOS/RS. Disponível em:< <http://www.facos.edu.br/old/galeria/129102010020851.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2018.



PARA UMA ORGANIZAÇÃO SOCIAL POPULAR DE CARÁTER EMANCIPADOR

Profa. Dra. Iael de Souza

Professora Adjunta da Universidade Federal do Piauí (UFPI) – CCE

Desde as eleições de 2018, vozes como as de Mano Brown (Esquerda Diário, 2018), Leonardo Boff (RBA, 2018) e agora do próprio Lula “liberto” (Carta Capital, 2020) enfatizam a necessidade de reaproximação com as comunidades periféricas e a retomada dos trabalhos de base, como os de formação política para a juventude e a classe trabalhadora.

Essa era a forma de atuação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) nas décadas de 1960 a 1980, produzindo frutos que eclodiram na formação de lideranças de muitos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980, capturadas pelo aparelho e aparatos do Estado nas décadas de 1990 e 2000, perdendo o vínculo com a massa, com o popular, com a base.

E educação popular é, em parte, devedora da formação política das CEB's, que formaram suas lideranças. Nas décadas de 1960 e 1970, grande foi a influência das ideias do socialismo científico e do materialismo histórico-dialético de Marx e Engels entre os leigos e em certas alas e organizações surgidas dentro da Igreja Católica, devido à opção pela Igreja do Povo e dos pobres. Cristianismo e marxismo se aproximaram, como comprova Paulo Freire.



De tudo o que foi vivido e experienciado, há que se ressaltar a questão da *organização popular*, **essencialmente autônoma** e **independente** do Estado, dos partidos políticos, sindicatos e da própria Igreja (que tem limites muito bem definidos em relação a uma possível radicalização das lutas sociais populares).

As CEB's, diferente dos *conselhos comunitários* criados pelo poder “público”-estatal na década de 1970 a partir da reabertura política como resposta à pressão da sociedade civil para que “o Estado se democratizasse” e garantisse a participação popular nas decisões políticas, criou os *conselhos populares*. Enquanto aqueles serviram “para negociar as demandas dos movimentos populares e, desta maneira, neutralizar a força política que certas organizações passaram a ter com a crise política e econômica do País (...) (sendo) utilizados como forma de cooptação das lideranças e

manipulação das demandas populares” (TAVARES, 2007, p. 17), resultando na **institucionalização** da participação popular, aqueles outros, “em oposição a essa instrumentalização da participação social, (...) passaram a investir suas energias em novos espaços de participação cujo foco estava na defesa da autonomia dos movimentos em relação ao Estado, (...) que não possuíam qualquer estruturação ou envolvimento institucional” (TAVARES, 2007, p. 17).

Os Conselhos Populares existiram em outros períodos e momentos do processo histórico-social (Comuna de Paris; conselhos operários na Alemanha, Itália e Espanha, etc.), algo que é crucial de ser sempre e repetidamente lembrado.

Os teóricos marxistas clássicos já concebiam estes locais como instituições embrionárias de um governo revolucionário, cujos representantes receberiam um mandato imperativo e revogável e, caso não seguissem estritamente as instruções dos representados, poderiam ser suspensos de suas funções. (TAVARES, 2007, p. 16 e 17)

Em contraponto à *democracia representativa constitucional de direito*, cujos representantes não mantêm mais contato direto com os representados após eleitos e ficam no cargo por dois a quatro anos, podendo mesmo ser reeleitos e estender o seu tempo nos aparelhos e aparatos do Estado, os *conselhos* funcionam através da *democracia social direta*. As tarefas são atribuídas *em e* pela *assembleia popular* e aqueles que delas são incumbidos se tornam *mandatários do coletivo*, **jamais seus representantes**.

Além disso, estão em *contato direto e constante com a base*, com o coletivo, que acompanha suas ações, avalia sua eficiência e eficácia para o avanço da luta e, caso não atendam e realizem o que foi designado coletivamente, têm seu mandato imediatamente revogado, sendo substituídos por outros, passando a trabalhar e desenvolver suas habilidades para servir o coletivo em outro momento, aprendendo em relação com os demais, na mobilização, organização, reflexão, estudo e luta (relações de sociabilidade).

Apenas com base nessas ínfimas informações, é possível perceber a diferença substancial entre a **organização popular** e a **organização popular institucionalizada** (que, por isso mesmo, deixa de ser popular). Ilustrativo o exemplo do *Movimento de Conselhos Populares (MCP)*, do Ceará, e sua organização inicial entre 2002/2003. Tavares (2007, p. 21) destaca essa organização em sua matéria:

Criado há três anos em Fortaleza (CE), o Movimento de Conselhos Populares (MCP) nasceu com o objetivo de organizar e levar consistência política aos comitês populares formados em todos os bairros no período das eleições. A partir de então, todo um debate político foi travado com a intenção de organizar o povo com base nos ideais de organização independente, autônoma e democrática. Na contramão do que aconteceu no restante do País, em que os conselhos foram, em sua maioria, institucionalizados, em Fortaleza, o MCP conseguiu vencer as barreiras do clientelismo e da falta de representatividade que acabaram desarticulando a

sociedade e desestimulando-a a participar de movimentos populares. Chegar até aqui, porém, não foi um trabalho fácil. “Foi preciso articular quase 80 assembleias populares em bairros, regionais e na cidade e mobilizar mais de 3 mil pessoas para conseguir elaborar uma síntese de reivindicações para ser entregue ao prefeito, ao secretário e ao presidente da Câmara”, explica um dos coordenadores do MCP, Igor Moreira. “Só assim foi possível construir um programa geral para a cidade, para que todos os Conselhos Populares se articulassem em torno desta luta”. Os Conselhos Populares criados em Fortaleza desde então (cerca de 40), são baseados em quatro princípios fundamentais: **independência em relação ao Estado em todas as suas esferas; autonomia em relação aos partidos e igreja; livre participação de qualquer morador do bairro e democracia em sua estrutura – o que significa a inexistência de diretoria ou presidência.** Aqui, as tarefas são designadas para uma pessoa pela própria Assembleia e as delegações de tarefas ou mandatos são revogáveis. A **função do MCP**, portanto, é **apenas de organizar essa rede de conselhos populares, fazendo a formação política de seus membros e articulando as lutas que são determinadas por cada núcleo**”, informa Moreira. O coordenador afirma desconhecer experiências bem-sucedidas de Conselhos Populares que tenham as mesmas características dos órgãos instituídos em Fortaleza. “Sabemos o que aconteceu em São Paulo, na gestão da Luiza Erundina, e acreditamos que ali a experiência não deu certo porque faltou independência com relação aos governos e autonomia aos partidos. Mesmo aqui, durante a gestão da Maria Luiza Fontenele (PT), primeira mulher a governar uma capital brasileira, em 1986, os primeiros conselhos não obtiveram sucesso pelo mesmo motivo. No entanto, **quando propomos um modelo sem liderança, sem burocracia, nem estatuto, em que todos participam e que seja possível revogar o mandato de quem não cumpre determinada tarefa, isso faz com que todos passem a acreditar na proposta**”. O próximo passo do MCP, segundo o seu coordenador, será atualizar as reivindicações dos conselhos a partir de um tripé baseado na organização popular, na formação política *cidadã* de seus membros e na mobilização de massa. “Só com isso conseguiremos fortalecer o movimento e torna-lo cada vez mais atuante” (Os negritos e itálico são meus).

Muita coisa transcorreu de lá para cá. O próprio MPC, pelo que parece, acabou sendo engolido pelo processo de institucionalização e legalização ao qual bravamente resistia e rechaçava, o que se explica pela mudança na forma de atuação das forças ditas progressistas e de esquerda, que ao invés de **tomar o poder político para derrubá-lo**, passaram a acreditar na **ilusão de poder transformar o Estado Político**, apossando-se dele via processo eleitoral e fazendo-o funcionar a favor da classe trabalhadora, **“socializando o poder político”** e **“democratizando o Estado”**, **desaprendendo a lição histórica de que a natureza, a razão de ser do Estado, do seu surgimento é a opressão de uma classe por outra** (ENGELS, 1984), garantindo a manutenção da sociedade de classes, a legitimação sacralizada pela lei da propriedade privada da riqueza socialmente produzida e a reprodução das desigualdades sociais, amenizadas pelas políticas “públicas”-estatais, agora focalizadas para os segmentos mais miseráveis, carentes e necessitados, excluindo os pauperizados e precarizados que também fazem parte da classe trabalhadora.

É preciso – hoje, mais do que urgente – retomar e restabelecer a organização social popular para reconstituir e fortalecer o **poder social**, que é o verdadeiro **poder público**. Pode-se aprender importantes lições com os *consejos bolivarianos* criados por Hugo Chávez, na Venezuela, como também com a *comuna* (do século XXI) *da cidade de Oaxaca*, no México. Na verdade, é premente resgatarmos aquelas lutas entre trabalho e capital onde a classe trabalhadora ousou tomar o poder político e transformá-lo em poder social, em poder público realmente, organizando-se de forma independente e autônoma a partidos, sindicatos, igrejas e demais instituições sociais (ou aparelhos privados de hegemonia, para usar uma expressão gramsciana). **Essas devem ser nossas referências para ensaiar formas de organização social popular qualitativamente superiores às formas de representação da democracia social burguesa.**

Ensaie-se, portanto! O tempo urge! Que se cometam novos erros e não se espezinhe naqueles cometidos no passado. É necessário **ousar ser** e **fazer mais** do que as outras gerações já foram e fizeram, pois só assim poderemos ter algum futuro contra a barbárie que se generaliza.

REFERÊNCIAS

“Lula diz que PT deve voltar para a periferia e se aproximar de evangélicos”. *CARTA CAPITAL*, 26 de janeiro de 2020. Disponível em: www.cartacapital.com.br/politica/lula-diz-que-pt-deve-voltar-para-a-periferia-e-se-aproximar-de-evangélicos/

“O apoio crítico de Mano Brown ao PT: ‘eu não gosto desse clima de festa’”. *Esquerda Diário*, 25 de outubro de 2018. Disponível em: www.esquerdadiario.com.br/O-apoio-critico-de-Mano-Brown-ao-PT-eu-nao-gosto-desse-clima-de-festa

A Revolução não será televisionada. Documentário. Direção: Kim Bartley, Donnacha O’Brian. 1h 15min, 2003.

BOFF, Leonardo. “Vamos voltar para as bases. Sairemos melhor e mais qualificados”. *Rede Brasil Atual* (RBA), novembro, 2018. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2018/11/boff-vamos-voltar-para-as-bases-sairemos-melhores-e-mais-qualificados>

DANTAS, Gilson. *Oaxaca – uma Comuna do Século XXI*. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Editora Iskra, 2016.

ENGELS, Frederich. *Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Trad. Leandro Konder. 9ª ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1984. (Coleção Perspectivas do Homem, vol. 99, Série Ciências Sociais)

TAVARES, Juliana. *A Voz das Ruas. Sociologia ciência & vida*, ano I, n. 08, 2007.

UM OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO POPULAR

Delvan Rodrigues de Sena*Acadêmico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/CCE/UFPI*

A Educação Popular, como fonte inspiradora de conceitos e princípios para uma vida com mais dignidade, está intimamente ligada às tradições culturais, uma vez que o seu surgimento e expansão estão fortemente vinculados aos primeiros aprendizados sociais e humanos. Trata-se de um movimento pedagógico e político tipicamente latino-americano em que, no Brasil, Paulo Freire foi um dos principais disseminadores desta proposta que ganhou força nos anos 1960, no contexto de resistência à ditadura militar.

A Educação Popular defende que só pode haver uma sociedade justa e democrática se as classes oprimidas e discriminadas tomarem consciência de suas condições de vida e das raízes dos problemas que as afetam. Assim, por meio da educação, é possível conceber estratégias para concretizar transformações sociais a favor dos setores populares.



Sabemos que no processo de educação e desenvolvimento de um ser humano é necessário existir engajamento por parte da sociedade como um todo, de modo que as instituições sociais garantam a socialização e aprendizagem da cultura, bem como dos conhecimentos e saberes considerados como os mais relevantes pela sociedade na qual esses seres humanos estão inseridos.

Os conhecimentos adquiridos através das experiências práticas veem, ao longo dos tempos, se reconfigurando diante das necessidades e interesses sociais e políticos que permeiam o campo da educação, demonstrando a sua estreita relação com o desenvolvimento humano, social e econômico de um povo.

Na Educação Popular, essa realidade não é muito diferente, até mesmo porque, esta vem sendo construída através da luta dos movimentos sociais organizados que representam a contra hegemonia em relação aos atuais propósitos das políticas educacionais neoliberais, cujo foco é a preparação dos indivíduos para atuação no mercado de trabalho.

Trata-se da expansão de novos conhecimentos e novos horizontes a serem explorados e, dessa forma, requer a habilidade de pensamentos e práticas por parte de quem desenvolve teorias de enriquecimento intelectual e social para o bem comum de

uma sociedade, povo esse carente por parte do poder público, pois as negativas de direitos ainda imperam em todos os sistemas viventes.

Sua importância é se apresentar como alternativa viável de uma proposta educativa que reconhece as reais condições da vida de um povo, valorizando os seus conhecimentos, a cultura e suas tradições na construção de novos conhecimentos.

No seio da sociedade brasileira, a Educação Popular é uma proposta educativa com maior capacidade de promover o acesso ao conhecimento e, através dele, o desenvolvimento socialmente justo e ecológico para as classes menos favorecidas, pois parte das reais necessidades educativas e formativas da população.

Fundamentada, parcialmente, nos princípios da Educação Popular, a Educação do Campo propõe o desenvolvimento de metodologias que respeitem as culturas e tradições das populações camponesas, valorizando seus conhecimentos e modos de vida nos processos de ensino e aprendizagem.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB (Lei n. 9394/96) reconhece em seus artigos 3º, 23º, 28º e 61º a diversidade sociocultural real e o direito à igualdade e à diferença, possibilitando a definição de diretrizes operacionais para a educação rural sm, no entanto, romper com um projeto global de educação para o país.



Dessa forma, nas práticas de Educação Popular Campesina, deve prevalecer sempre o respeito às especialidades locais para o bom e correto desenvolvimento intelectual e social dos sujeitos do campo.

Para Paulo Freire, a educação deve valorizar o conhecimento prévio como elemento básico e determinante para a consolidação de uma proposta educativa inclusiva e significativa. Para esse educador, a educação é uma forma de transformação dos sujeitos a ela submetidos, tanto politicamente como socialmente. E mais, cabe ao educador usar de estratégias para o real esclarecimento e conscientização, oferecendo, assim, as formas ou ferramentas para emancipação dos indivíduos, no contexto intelectual, moral, étnico e social.

É conhecido por todos que dificuldades vão sempre existir e, no campo, isso é ainda maior, pois há muitas forças contrárias a esse modo de educação, e isso ocorre por muitos motivos, que vão desde a inexistência de políticas públicas específicas para as populações do campo à existência de projetos e ações fragmentadas que não respeitam e nem atendem às suas necessidades. Todavia, devemos lembrar que a

sociedade civil organizada, seja em movimentos sociais ou outras formas de organização, teve e tem um papel importantíssimo para o aumento de novas conquistas nessa área.

No atual contexto, o nosso papel é contribuir de forma ativa para o aumento da conscientização por parte da sociedade, pois somente com a educação emancipadora será possível garantir a libertação do indivíduo, de modo que se torne um ser mais convicto do seu papel na sociedade.

Dessa forma, faz-se necessário um comprometimento ímpar por parte dos educadores, pois há a necessidade de engajamento por completo dos mesmos, tanto no sentido de conhecer os ditames pedagógicos como aprofundar cada vez mais as novas formas de ensino, como no desenvolvimento de uma consciência política que o implique com o bem comum de toda a comunidade escolar.

A Educação Popular vem conquistando espaços, ainda que timidamente, na plataforma educacional brasileira. Espera-se que, com o passar dos anos, a sua metodologia seja cada vez mais reconhecida e valorizada e que os sujeitos se conscientizem de sua relevância para a emancipação dos sujeitos do campo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 dez. 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 27 julho de 2021.

COTAS RACIAIS NAS UNIVERSIDADES: UMA POLÍTICA ACERTADA

Pedro Luiz Oliveira Britto

Graduando do curso de Licenciatura em Educação do Campo – UFPI/Teresina

No período colonial, o desenvolvimento econômico dos territórios recém descobertos pelos europeus era baseado no trabalho forçado dos povos africanos, trazidos de forma compulsória e escravizados sem direito à vida e à liberdade. Tal ação entranhou a concepção de subalternidade da população afrodescendente em relação aos brancos, marginalizando-a ao ponto de, hoje, compor maioria nos índices sociais negativos. Como inferência, a população preta e parda, metade do contingente demográfico brasileiro, possui participação pífia nos locais de direito, sejam universidades ou empresas. Assim, foram instituídas polêmicas políticas de reserva de vagas para garantir a presença mínima desses sujeitos no meio social. Criticadas, mas essenciais, e que apresentam resultados efetivos.

Em primeira análise, as ações afirmativas são definidas como políticas públicas que visam atenuar as diferenças sociais ao atender grupos mais desfavorecidos em

A população negra oriunda da África foi escravizada por mais de três séculos, e somente em 1888 houve a abolição do regime nefasto escravocrata que, no entanto, não teve efeito prático, uma vez que a libertação dos escravos os deixou em situação de penúria, pois, ao se libertarem dos senhores, ficaram sem moradia e alimentação.



detrimento de aspectos históricos, culturais ou sociais. As primeiras medidas afirmativas conhecidas foram identificadas na Índia, na década de 1940, regidas pela constituição do país e que reservavam vagas em universidades,

poderes políticos e funcionalismo público para a casta *dálite*, que possui seus integrantes classificados como impuros no país.

Nas américas, como afirma Camillo (2019), as ações de cunho afirmativo tiveram como protagonistas os movimentos negros estadunidenses na década de 1960, que lutavam contra a segregação racial e pela igualdade. Já no Brasil, conforme a autora, há o registro da lei dos dois terços, nos anos 1930, que obrigou empresas a possuir dois terços de brasileiros nos quadros de funcionários devido ao alto fluxo migratório da época, mas essa legislação não tinha o objetivo de atenuar desigualdades sociais. Mais tarde, houve a instituição do “Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), criado em 1998, como fruto da reivindicação de movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais e que estabeleceu projetos educacionais nas áreas de assentamento agrário” (CAMILLO, 2019, p. 20).

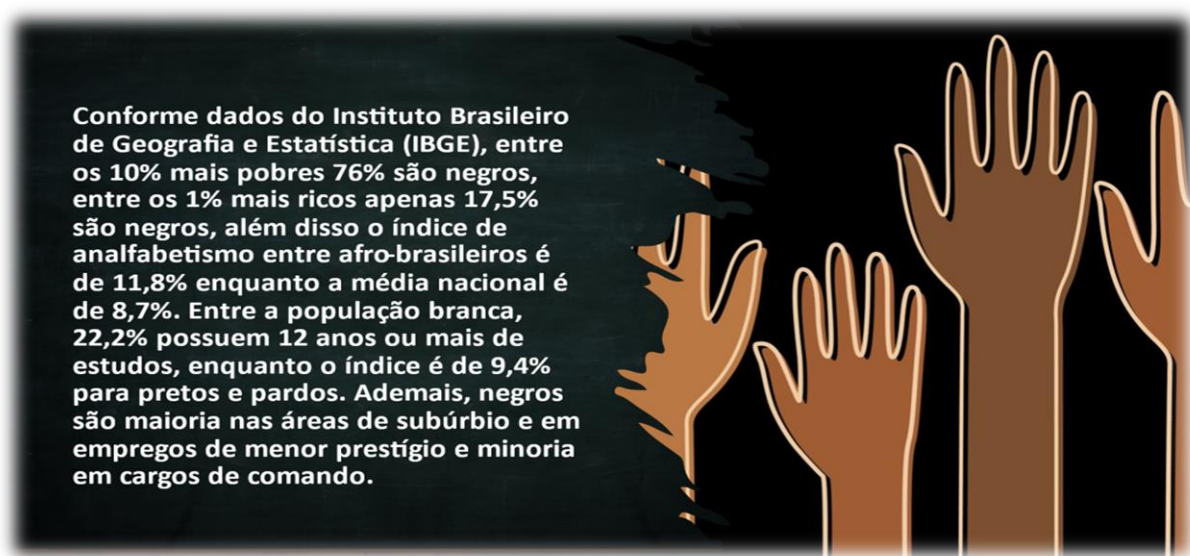
No contexto racial, as políticas de ações afirmativas exercem papel fundamental na atenuação das desigualdades de raça. A população negra oriunda da África foi escravizada por mais de três séculos, e somente em 1888 houve a abolição do regime nefasto escravocrata que, no entanto, não teve efeito prático, uma vez que a libertação dos escravos os deixou em situação de penúria, pois, ao se libertarem dos senhores, ficaram sem moradia e alimentação.

Com isso, muitos negros se submeteram novamente à humilhação em troca de refeição e espaço para descanso e outros se desmembraram dos núcleos urbanos em busca de melhores condições. É nesse ponto que as desigualdades de raça iniciam no Brasil, pois a falsa abolição da escravidão deixou essa parcela da população desamparada, e até na contemporaneidade, os descendentes dos africanos cativos têm direitos básicos reprimidos. Soma-se isso ao pensamento esdrúxulo ainda defendido por muitos: a inferioridade negra.

Nesse sentido, a população negra é maioria no que concerne aos piores índices socioeconômicos, pois, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre os 10% mais pobres, 76% são negros; entre os 1% mais ricos,

apenas 17,5% são negros. Além disso, o índice de analfabetismo entre afro-brasileiros é de 11,8% enquanto a média nacional é de 8,7%. Entre a população branca, 22,2% possuem 12 anos ou mais de estudos, enquanto o índice é de 9,4% para pretos e pardos. Ademais, negros são maioria nas áreas de subúrbio e em empregos de menor prestígio e minoria em cargos de comando e em instituições formativas.

Dentro dessa perspectiva, a instituição de ações afirmativas dentro de universidades é imprescindível, pois a formação superior é chave para a entrada no mercado de trabalho e, logo, para ruptura das estatísticas. Contudo, quando esse direito é usurpado, a chance de ascensão social é diminuta, funcionando como uma “escada” com degraus distantes e altos que dificultam a subida. Desde a aplicação das políticas de cotas, é evidente que houve um salto na presença de pretos e pardos nas universidades. Conforme o INEP (*apud* BRITO, 2018), o percentual de negros com formação superior cresceu de 2,2% em 2000 para 9,3% em 2017. Além disso, em 2016 os jovens afrodescendentes foram responsáveis por 30% das matrículas em cursos de



graduação frente aos 11% em 2008.

A contribuição das ações afirmativas é evidente, no entanto, atenuante, e não tem efeito de solução, pois, conforme dados também do INEP, 22% dos brancos possuem ensino superior completo, mais que o dobro da população preta. Há quem refute a necessidade das políticas de cotas afirmando que “inteligência não se mede por cor de pele” ou “todos podem conseguir, basta tentar”, entretanto, é fácil iniciar um percurso de luta quando se está no meio do caminho e não no início e, ainda, sem amarras e obstáculos.

A questão é que as políticas de cotas e demais ações afirmativas não possuem o papel de segregar os indivíduos dentro dos espaços, mas reparar as desigualdades históricas e equilibrar a participação dos sujeitos dentro dos locais de direito. Por conseguinte, políticas desse ramo são imprescindíveis e devem ser reforçadas, visto que um século após a abolição da escravatura, pretos e pardos ainda enfrentam diversos empecilhos para adentrar em espaços legalmente comuns a todos e, apesar

dos grandes avanços, ainda há muito a ser percorrido para alcançar um território de igualdades entre os sujeitos.

REFERÊNCIAS

BRITO, D. Cotas foram revolução silenciosa no Brasil, afirmam especialistas. *In: Agência Brasil*, Brasília, 27 maio 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-05/cotas-foram-revolucao-silenciosa-no-brasil-afirma-especialista>. Acesso em: 19 jun. 2021.

CAMILLO, F. C. *Ações afirmativas para negros: o ciclo de construção das cotas raciais*. Monografia de pós-graduação em gestão pública: UFRGS, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/201938#:~:text=A%20identifica%C3%A7%C3%A3o%20dos%20processos%20de,ao%20trabalho%20e%20os%20diplomas>. Acesso em: 19 jun. 2021

DIREITOS HUMANOS: A LUTA PELA PRESERVAÇÃO DA DIGNIDADE DE CADA PESSOA

Regina Maria Alves Costa Neris

Licencianda do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/CCE/UFPI



Na sua origem, a palavra direito significa aquilo que é reto, correto ou justo. Podemos definir direito como demanda por justiça, mas também como o reconhecimento de que algo nos é devido. Portanto, se existe um direito, é porque há um débito e uma obrigação correlata, isto é, ter um direito é ser beneficiário de um dever correlativo por parte de

outras pessoas ou do próprio Estado (FEITOSA et al, 2008). O direito à educação, por exemplo, é um direito público subjetivo de todo e qualquer cidadão, que cabe ao Estado o dever de promovê-lo.

Segundo Feitosa et al (2008), nem sempre o dever correspondente a um direito é cumprido, por isso, não se pode constatar sempre seus efeitos concretos na realidade. Para que estes sejam observados, é fundamental a instituição de instrumentos jurídicos (leis, documentos oficiais, protocolos, etc.) e extrajurídicos (resultantes do poder social). Além desses instrumentos postos pelos autores, acrescentamos que é crucial que os cidadãos tenham conhecimento desses instrumentos jurídicos para lutar pela materialização daquilo que lhes é devido.

A ideia de que os seres humanos são detentores de determinados direitos está ligada à ideia de que todo ser humano precisa ter preservada a sua dignidade, portanto, ser tratado com respeito. Daí provém a definição de Direitos Humanos: direitos que possuímos pelo simples fato de sermos humanos.

Após muitos sacrifícios e barbáries ao longo da história da Humanidade, convencionou-se que é direito de cada pessoa afirmar sua condição humana e participar plenamente da vida, em seus aspectos biológico, psicológico, econômico, social, cultural e político. Portanto, os direitos humanos são aplicados a todos os homens e servem para proteger a pessoa de tudo que possa negar sua condição humana; são um instrumento de proteção do sujeito contra todo tipo de violência. Têm, pelo menos teoricamente, um valor universal, ou seja, devem ser reconhecidos e respeitados por todos os homens, em todos os tempos e sociedades.

O direito natural foi a primeira versão de direitos humanos para os modernos, baseado nas ideias do filósofo John Locke. Para o estudioso, os homens (entenda-se os proprietários) possuíam direitos naturais que poderiam ser interpostos mesmo contra o Estado (FEITOSA et al, 2008). Com a consolidação do Estado liberal e a elevação da burguesia, a lógica formal da autonomia da vontade passou a abranger os atributos da propriedade e da liberdade econômica.

Os Direitos Humanos são instrumentos importantes de proteção para os cidadãos. São diversas as situações de abusos, discriminação, intolerância e opressão as quais os sujeitos são submetidos, por isso é fundamental que os direitos humanos sejam garantidos a qualquer cidadão, entendendo-se cidadão toda e qualquer pessoa. Para o exercício da democracia em qualquer lugar do mundo é essencial o exercício desses direitos.

Após a Segunda Guerra Mundial, com as constantes violações de direito das pessoas, foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU) no ano de 1945. Esta entidade mundial, em 1948, organizou um documento proclamado como Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Esta, é composta por 30 artigos que falam sobre direitos inalienáveis – tanto os direitos individuais, quanto os direitos coletivos – que, juntos, devem garantir e assegurar a liberdade, a justiça e a paz mundial.

Logo em seu primeiro artigo, a Declaração define: *“Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. São dotadas de razão e de consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade”*, expressando a retomada das palavras de ordem da Revolução Francesa de 1789: *liberdade, igualdade e fraternidade*.

Dentre os direitos que versam os artigos da DUDH, destacam-se o direito à vida, não ser preso ou exilado de forma arbitrária, o direito a não ser escravizado, o direito de contar com a presunção da inocência e ser tratado com igualdade perante as leis e o direito à privacidade e à livre circulação, incluindo a imigração, os direitos à livre expressão política e religiosa, e à liberdade de pensamento e de participação política. O lazer, a educação, a cultura e o trabalho (exercido livremente e remunerado

de forma a garantir uma vida digna à família do trabalhador) também são declarados como direitos humanos fundamentais.

A DUDH foi referência para uma série de constituições de países e para tratados internacionais. No Brasil, existem várias organizações que se articulam em torno da defesa e promoção dos direitos humanos. No regime militar, a atuação dessas instituições foi muito importante para denunciar os crimes cometidos naquela época. Conclui-se que é fundamental a educação em Direitos Humanos para que estes sejam realidade na vida de todas as pessoas, independente de classe e condição social.

REFERÊNCIA

FEITOSA, M.L.P.A. et. al. **Educação em Direitos Humanos**: fundamentos teórico-metodológicos. In. ZENAIDE, M. de N. T. et al. *Direitos humanos*: capacitação de educadores. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2008.

QUE PAÍS É ESSE?

Francisco Robert Santos de Souza

Acadêmico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/CCE/UFPI

*Nas favelas, no Senado Sujeira pra todo lado
Ninguém respeita a Constituição
Mas todos acreditam no futuro da nação
Que país é esse?
(Legião Urbana)*

Grande parte da população brasileira talvez não saiba responder à pergunta que intitula este texto. Durante a disciplina optativa “Educação, Estado e Direitos Humanos”, ministrada no Curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFPI, pela Profa. Dra. Keylla Melo, fomos apresentados, de forma mais direta, à Declaração Universal dos Direitos Humanos e à Constituição Federativa do Brasil de 1988.

Mais o que seriam direitos humanos? De acordo com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos de 2007, são normativas que reconhecem e protegem a dignidade de todas as pessoas. Os Direitos Humanos visam reger o modo como as pessoas individualmente vivem em sociedade e entre si, bem como a relação delas com o Estado e as obrigações que o Estado tem em relação a elas.

Com base nos textos de apoio, fomos provocados a dialogar e discutir sobre diversos temas como Diversidade Cultural, Diversidade de Gênero, Diversidade Religiosa, Dignidade Sexual e Respeito. Durante as rodas de conversa promovidas sobre essas temáticas, foi possível falarmos de nossas experiências individuais. Dentre as temáticas discutidas, consideramos que o tema “Diversidade de Gênero” é o mais

penalizado diante da Declaração Universal dos Direitos Humanos, por sofrer grandes infrações de injustiça social.

Relembro, aqui, o quanto foi difícil abordar esse tema dentro da escola do campo na pesquisa que resultou no meu trabalho de conclusão do curso. Falar sobre diversidade sexual na escola e, ainda mais sendo do campo, ainda é um assunto restrito, tendo em vista que o caminho para esse diálogo é uma área minada de preconceito e intolerância.

Infelizmente, a criança que, durante a trajetória escolar, demonstra ter uma condição sexual ou de gênero diferente, vive um percurso doloroso e traumático, devido à ausência de conhecimento ou de orientação sobre a didática da educação sexual.

A carência de conhecimento e de compreensão acaba surgindo de ambas as partes, escola e família, que se recusam a dialogar e aceitar que a diversidade sexual na escola existe, e que é indispensável ter esse discurso



sobre as temáticas de gênero e sexualidades, para que, assim, não seja alimentado um pensamento conservador de uma pedagogia erótica, e tão pouco crie uma política sexual com base na regularidade heterossexual.

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Constituição Federativa do Brasil de 1988, qual é o papel da escola e da família na educação sexual? O que deve ser ensinado em referência a esse conteúdo? Não existe nenhum documento que decrete o que tem que ser lecionado em termos de sexualidade, o que existem são diretrizes técnicas que sugerem o que as instituições de ensino poderiam dialogar sobre educação sexual com os alunos. A omissão da escola (direção, professores), muitas vezes, é gerada pela falta de formação em não saber como lidar com as diferenças. Muitos alunos não se reconhecem na escola, sofrem discriminações, piadas, o que acarreta no desajuste na escola, violência e, conseqüentemente, no abandono dos estudos. E na escola do campo, que segue a heteronormatividade (machismo) à risca, isso é mais doloroso.

Outro agravante é a falta de acesso à informação sobre os nossos direitos, pois não existem políticas públicas ou, ao menos, cursos de formação que ensinem a população a acessar esses direitos. Na grande maioria das injustiças, o que é apresentado são apenas os nossos deveres como cidadãos, utilizados, muitas vezes, para punição.

Portanto, todos as pessoas são iguais como seres humanos e, em mérito da própria dignidade de cada pessoa, todos têm direito a seus direitos humanos, sem discriminação de qualquer tipo, como raça, sexo, cor, etnia, idade, idioma, religião, opinião política ou outra, como explica a Constituição Brasileira.

PELEGO



EDUCAÇÃO DO CAMPO
EDUCAÇÃO DO CAMPO

Samuel Nery Guimarães

*Acadêmico do Curso de Licenciatura em
Educação Campo/CCE/UFPI*

Entre a cruz e a espada, estava aquele ser.
Com sua pele marcada, por tantas lutas
viver.

Estava mais dividido entre o desejo e o ter.
Cercado das incertezas, que insistiam em
ver.

Que este parecia bem, sem perguntar a
ninguém estava simplesmente a perecer.
Não dizia o que doía, não falava o que
sentia. Dizia que estava bem e simplesmente
sorria.

Mas a dor daquela alma levemente transparecia.
Tantos remédios e química, tantas esperanças perdidas.

E vendo aquela situação, para o matadouro foi levado.
E se perguntava tal pecado, merecia tal punição.
Viu à noite e viu o dia, agarrou-se à privação.

E cheio de incertezas, espalhou-as sobre a mesa.
Maltratou o seu coração, pois a dúvida e a incerteza, tiraram sua pureza.
Empurrando-o, a perdição!!!

SUPERAÇÃO!

Meu nome é Raimundo Nonato de Sousa Silva, nascido em 1989, em Batalha – PI. Sou o décimo segundo filho de um total de 13, fruto do amor e fidelidade existente até os dias atuais entre Maria Alice de Sousa Silva e Antonino Rodrigues da Silva, meus pais. Desde cedo, recebi orientações costumeiras de meus pais, “o trabalho com honestidade é uma virtude que você deve fixar em sua trajetória”. E, assim, venho fazendo.

A minha vida escolar teve início quando eu tinha sete anos de idade, aos trancos e barrancos. Dias tendo mistura para o café da manhã antes de ir para a escola e, em outros dias, agradecia por ter pelo menos ele, ainda que fosse sem mistura. Até a 4ª

série, naquela época nomeada assim, estudei na Unidade Escolar Dom Severino, escola de minha própria comunidade “CEDRO”, e ali, desde cedo, identifiquei-me com a área de cálculo, área que até hoje tenho como robe.

Para concluir o Ensino Fundamental, tive que ir estudar na comunidade Cacimbas, na Escola José Rodrigues de Melo, onde diariamente fazia um percurso de 22 km, e conclui esta fase escolar em 2006. Em um intervalo de dez anos está compreendido do início de minha vida escolar até a conclusão do Ensino Fundamental, e, fora do ambiente escolar, aconteciam muitos fatos na vida pessoal e familiar. Boa parte dos meus irmãos começaram a viajar para outras cidades em busca de melhores condições financeiras e, conseqüentemente, melhores condições de vida para nossa família. Minha mãe passou por um problema de saúde muito delicado e teve que fazer uma cirurgia que, por sua complexidade, abalou toda a família. Em 24 de janeiro de 1998 veio o alívio: ela fizera a cirurgia e estava bem. Em outro cenário, encontrava-se meu pai, eu e os irmãos que, até então, não tinham viajado; na labuta do trabalho com o roçado para colocar comida na mesa.

Na adolescência, não fui muito de frequentar as festas, gostava muito de curtir a vida na admiração da natureza. Sempre procurei respeitar as pessoas e valorizá-las como ser único, pois cada uma tem, em suas particularidades, seus valores.

Voltando para a vida acadêmica, em 2007 comecei a cursar o primeiro ano do Ensino Médio na Unidade Escolar Conselheiro Saraiva, situada na comunidade Imbiribas, a 7 km de distância de minha comunidade. Antes mesmo de completar um mês de aulas, recebi um convite para estudar na Escola Agrícola Professor Antonio de Brito Fortes, na cidade de Piracuruca - PI. Sem pensar muito, afirmei logo o compromisso, mesmo sem saber o significado de uma escola agrícola. No início, foi tudo muito confuso, mas dias se passaram e as coisas começaram a fazer sentido e fui descobrindo que o objetivo do curso era totalmente voltado para minha realidade, e, a partir dali, começou uma nova página da minha história de vida. Foi uma fase onde fiz grandes amizades, e que espero levar para vida toda.

No mesmo instante dos acontecimentos da vida escolar, também se realizavam fatos fora da escola, no qual o mais marcante deles é: “em maio de 2008, depois de um



“Com o trajeto de engajamento e dedicação, a seleção no Programa de Mestrado da UFPI, Desenvolvimento e Meio Ambiente se confirmou em 2021, afirmando aí também a certeza de quando se tem perseverança as coisas dão certo. Agora vele refletir a seguinte frase “a confirmação do êxito estar atrelada à percas e abdicões”,”

pouco mais de anos de relacionamento, me casei e em novembro daquele mesmo ano nascia Pedro Henrique, meu amado filho”. Daí começa o capítulo mais importante de minha história, o início da constituição familiar.

Na carreira acadêmica, logo após o curso técnico, ingressei na minha primeira graduação superior (Bacharel em Administração), formação que se estendeu durante o percurso de 2012 a 2015, na Faculdade Latino Americana de Educação - LATED. Ainda em 2015, participei da seleção para ingressar na Universidade Federal do Piauí, e, entre os anos de 2015 – 2019, realizei graduação em **Licenciatura em Educação no Campo**, e, de modo muito audacioso, compreendi, durante o curso, que o mesmo vale muito mais que um título acadêmico para, além disso, mostra que os conhecimentos adquiridos podem se somar na luta por uma sociedade mais justa e igualitária, principalmente quando se trata do homem e da mulher do campo, que na sua labuta do dia a dia não sonham com riquezas materiais, como é o caso da burguesia, e sim, lutam para garantir o pão em suas mesas e dignidade para seus povos.

Na interface deste curso, com consciência ampliada, aprofundei-me na área da pesquisa, no que diz respeito à relação escola/meio ambiente. A dinâmica do curso em regime de Tempo Universidade e Tempo Comunidade favoreceu muito para consolidação de projetos interventivos na área campesina em que resido, onde foram realizados tanto projetos de intervenção como de extensão universitária.

Dentre os resultados para comunidade, podemos destacar: a revitalização de dois açudes da comunidade, o reflorestamento de Áreas de Proteção Permanente – APP e o trabalho formativo com 25 adolescentes e jovens durante seis meses. Todos estes trabalhos foram bastante significantes, onde, além da vivenciar a práxis, como orienta Paulo Freire, tiveram o importante papel de mobilizar parceiros a fim de obter êxito frente à causa objetivada. Assim, o projeto teve a participação de parceiros importantíssimos, como foi o caso do Ministério Público Estadual e da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, que deram subsídios financeiros para que as ações citadas pudessem acontecer.



Imagens B, C e D fazem parte do acervo do autor

Vale ressaltar que os projetos desenvolvidos tiveram a participação direta de diversos docentes do curso: Raimunda Melo, Sandra Regina, Keylla Melo, Iael de Souza e Juciane Vaz, evidenciando o engajamento do proponente para que as ações fossem além, pudessem contribuir com uma visão de mundo mais ampla pelos envolvidos, por isso a importância de vários docentes produzindo, assim, ações multidisciplinares. Como produto científico, os projetos renderam três artigos científicos já publicados.

Não parei. Vislumbrando os horizontes da pós-graduação a nível de Mestrado, ainda em 2019, último ano do curso de Licenciatura em Educação de Campo, ingressei em uma especialização na área ambiental, pela Universidade Norte do Paraná - UNOPAR (Gestão, Licenciamento e Auditoria Ambiental), e, já no final deste mesmo ano, concorria, pela primeira vez, a seleção de mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA, da UFPI. Mas, pela imaturidade no processo, não obtive o êxito de passar nesta seleção, entretanto, foi um importante passo, pois tive grandes aprendizados, dentre eles, o contato direto com a professora que mais tarde se tornaria minha orientadora de pesquisa deste programa, Profa. Dra. Clarisse Gomes Reis Lopes.

De cabeça erguida, em 2020 ingressei em mais uma especialização, também na área Ambiental, desta vez “Geografia e Meio Ambiente”, pela Faculdade Evangélica do Piauí -FAEPI. Realizei pesquisa sobre o uso de agrotóxico em meu município, apoiado pela Secretaria de Agricultura do Estado do Piauí – SAF, e me dediquei às leituras voltadas para a área de pesquisa do meu projeto de mestrado, visando êxito na seleção de 2021.

Com o trajeto de engajamento e dedicação, a seleção no Programa de Mestrado da UFPI, Desenvolvimento e Meio Ambiente se confirmou em 2021, afirmando aí, também, a certeza de que, quando se tem perseverança, as coisas dão certo. Agora, vale refletir a seguinte frase: “a confirmação do êxito estar atrelada às percas e abdições”. No meu caso, em vários momentos tive que parar, me reorganizar e redirecionar meu foco para essa trajetória, deixando de lado elementos que trazem energias negativas para o bom trajeto de quem deseja angariar um mestrado.

Ao ingressar no mestrado, tudo muito novo, mas logo vi que o engajamento deveria ser redobrado, pois as exigências são muito maiores que aquelas da graduação, e, assim, o fiz, concluindo com êxito o primeiro semestre. É válido frisar que também em 2021, fui selecionado pela Universidade de São Carlos de Santa Catarina para o curso de Especialização em Agroecologia, e estou em fase de execução do projeto, última fase requerida pelo curso. Projeto esse que apresentei à Secretaria de Agricultura Familiar do Estado do Piauí, objetivando seu apoio financeiro, e na ocasião, pela relevância do projeto, a SAF está liberando R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais) para efetivação do mesmo, que tem como título “Família Camponesa: traçando um caminho de liberdade sustentável”.

HISTÓRIA DE VIDA

Luciano Ferreira Silva*Acadêmico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/CCE/UFPI*

Nascido no sertão da Paraíba, em uma fazenda de gado, no ano de 1845, em uma família de descendentes holandeses... Calma aí! Espera um pouco... Essa não é minha história, então, vamos começar de novo. Nascido em uma comunidade da zona rural de Barras, chamada “Há mais tempo”, que, por ironia, sequer existe mais, comunidade na qual nem energia elétrica tinha e, muitos menos, água encanada; as formas de renda se limitavam a lida na roça. E foi nesse lugar que, no ano 2000, vim ao mundo. Minha mãe, quebradeira de coco, e meu pai, lavrador, ambos analfabetos, praticamente não frequentaram a escola, residentes em casa de palha. Em 2002, nos mudamos, meus pais, eu e meu irmão mais novo, para um assentamento do INCRA que acabara de ser construído ali perto, a cerca de 5 km. Por ainda ser um assentamento novo, naquela época só tinha praticamente as casas e nada mais, depois que veio energia e água encanada.



Aos 4 anos de idade, comecei a frequentar a escola, mas não deu muito certo, pois eu só vivia chorando na sala de aula pelo fato de estranhar tudo e todos. No ano seguinte, não tive escapatória; passei a frequentar, e logo que iniciei no primeiro ano do Ensino Fundamental, aprendi logo a ler, e isso causou espanto, pois, as péssimas condições da escola, que sequer tinha uma sede específica, e outros diversos problemas, não foram empecilhos para que eu pudesse progredir nos estudos.

Prossegui cursando o Ensino Fundamental, no início como aluno prodígio, mas cada ano o meu rendimento baixava um pouco devido aos fatores externos. Como já afirmei, meus pais são lavradores e, desde muito cedo, fui incentivado a aprender o trabalho da roça. Quando eu tinha 11 anos de idade, os meus pais se separaram e fiquei com minha mãe. Por conta dessa situação, tive que aprender a trabalhar na lavoura, nunca tive muita destreza para esse trabalho, mas era o jeito.

Partindo para o ensino médio, como na minha comunidade não tinha e nem tem esta etapa da educação básica, a maneira foi buscar oportunidades de estudo em outra comunidade, mas, pelo menos, havia um ônibus escolar que levava a gente. Saíamos às 17:00h e voltávamos às 23:30h. Não era fácil e, como se não fosse o bastante, logo no primeiro ano do Ensino Médio, no final do período letivo, aconteceu uma greve dos ônibus e o que já era ruim piorou bastante, então, a saída encontrada

para dá continuidade aos estudos foi fazer o deslocamento de moto, em estradas precárias e perigosas, e foi assim até o fim do ano letivo.

Entre greve de ônibus, greve de professores, falta de energia, trabalho duro durante o dia e estudos à noite, entre outras dificuldades, eu cheguei ao segundo bimestre do terceiro ano pensando: “o que eu vou fazer da vida quando eu terminar o Ensino Médio? Meus pais não têm condições de pagar um curso superior para mim, eu não vou viajar para fora do Piauí, o ENEM é muito difícil”.

Foi nesse contexto que uma funcionária da escola onde eu fiz o meu Ensino Fundamental me informou sobre o vestibular da “LEdoC”. Eu me inscrevi sem muita fé, até mesmo porque eu não tive tempo para estudar. Mesmo assim, fui para Teresina e fiz a prova com uma expectativa não muito alta, depois de tudo voltei para casa.

Na manhã do dia 31 de outubro de 2018, eu estava dormindo na casa da minha tia no quarto onde fica o telefone rural dela e, de repente, acordo com o barulho de uma ligação da minha outra tia dizendo que eu tinha sido aprovado no vestibular da LEdoC. Demorei um tempo para entender, pois tinha acabado de acordar e, por isso, pedi para ela repetir a informação. Sim, ela confirmou que eu seria o mais novo ingressante no Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC). Emoção nunca sentida antes!

Naquele instante, lembrei de todas as dificuldades que enfrentei, de quando pela manhã tomava café com farinha, do caderno de capa mole que levava para a escola. Um fato interessante é que só consegui ter um celular com um sistema Android quando entrei na universidade, aplicativos como WhatsApp, Instagram, Facebook, só ouvia falar.

O VELHO CHICO VIANA

Elismar Siqueira da Silva Júnior

Acadêmico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/CCE/UFPI

Francisco Viana Sobrinho nasceu no ano de 1952, na cidade de Altos, estado do Piauí. Pobre homem do campo, foi criado em meio à luta diária pela sobrevivência, onde se acordava cedo e dormia tarde para conseguir o pão de cada dia. Nas suas atividades agrícolas, produzia, principalmente, feijão, milho e rapadura com seu pai no mesmo município onde nasceu e se criou. Casou-se no ano de 1977, com Maria do Carmo de Sousa Viana, e juntos tiveram 5 filhos.

Sua trajetória foi marcada pela participação no movimento sindical. Ingressou nessa atividade social na década de 1990, impulsionado pela revolta de ver os latifundiários desprezarem os camponeses, que, na época, eram humilhados pelo fato de terem que trabalhar e morar nas suas terras. Esta situação fez com que ele trabalhasse totalmente voltado pela luta em prol da reforma agrária, buscando superar essa desigualdade que era explícita na época.

O seu primeiro cargo no Sindicato de Trabalhadores Rurais - STTR de Altos foi de tesoureiro, mas com essa perspectiva de luta, logo foi redirecionado à Secretaria de Assuntos Agrários, para participar e coordenar as ocupações de terras no perímetro rural da cidade. Após esse período sindical, ainda assumiu o polo sindical da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Piauí – FETAG/PI, onde coordenava mais de 15 municípios no Território do Entre Rios na luta pela terra.

Nessa função, o Senhor Viana conseguiu, juntamente com os demais companheiros da sindicância, em especial o Senhor Antônio Chaves do Nascimento, mais de 40 desapropriações de terras no município de Altos e no estado do Piauí, viabilizando liberdade para mais de três mil pessoas, que saíram do regime de comodato para a situação de donos do seu próprio pedaço de chão, tornando as pessoas livres e que, conseqüentemente, deixaram de ser vítimas das desigualdades sociais referentes à reforma agrária.

Vale ressaltar que a luta não foi fácil, ao contrário, muitas vezes se via na mira de pistoleiros a mando dos latifundiários. “- Dormia na mata, se comia e bebia água dos riachos, mas mesmo assim, mesmo que morresse, eu tinha certeza de que estava fazendo o certo” - eram as palavras que ele dizia a si mesmo para se motivar cada vez mais e lutar cada dia mais por um mundo mais justo e com consciência de classe.

Atualmente, mora na localidade Alecrim, no município de Altos, com sua esposa, localidade essa que foi desapropriada através de sua luta. Suas histórias têm servido de inspiração para seus netos, familiares e para o próprio movimento sindical. No ano de 2013, ele se aposentou e deixou o movimento, mas, até hoje, fala e palestra, motivando e buscando um mundo melhor.



INFORCAMPO

Informativo da Educação do Campo

